

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2009/2010



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO INDIVIDUAL

O TEXTO CORRESPONDE A UM TRABALHO ELABORADO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO NO IESM, SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.

A EVOLUÇÃO DO PODER TERRESTRE NOS ÚLTIMOS ANOS A NÍVEL MUNDIAL

**João Vasco da Gama de Barros
Major de Infantaria**



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A EVOLUÇÃO DO PODER TERRESTRE NOS ÚLTIMOS
ANOS A NÍVEL MUNDIAL**

**João Vasco da Gama de Barros
Major de Infantaria**

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10

Lisboa – 2010



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A EVOLUÇÃO DO PODER TERRESTRE NOS ÚLTIMOS
ANOS A NÍVEL MUNDIAL**

João Vasco da Gama de Barros

Major de Infantaria

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2009/10

Orientador: Tenente - Coronel de Infantaria Luís Fernando Machado Barroso

Lisboa – 2010



Agradecimentos

As minhas primeiras palavras de agradecimento vão para o meu Orientador, o Tenente - Coronel de Infantaria Luís Fernando Machado Barroso que, tendo permitido a minha total liberdade intelectual, soube, nos momentos exactos, apontar-me a direcção correcta. A sua abordagem, sintetizando as minhas palavras, contribuiu, essencialmente, para que a realização deste trabalho fosse um prazer.

Não posso, também, deixar de agradecer ao Major de Infantaria Jorge Varanda Pinto, um camarada e, sobretudo, um amigo, pelos conselhos dados e revisões efectuadas.

Por último, um agradecimento especial a todos os que contribuíram para a realização deste trabalho com os seus conhecimentos e conselhos de inestimável valor. A sua lista seria, simplesmente, demasiado exhaustiva.



Índice

1. Introdução.....	1
2. Modelo de Análise	7
a. Dimensão intrínseca	7
(1) Potencial de Combate.....	7
(2) Capacidades	8
(3) Doutrina	9
b. Dimensão extrínseca.....	10
3. Evolução do Poder Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial	11
a. EUA.....	11
(1) Guerra Fria.....	11
(2) Pós - Guerra Fria.....	13
(3) Pós - 11 de Setembro de 2001	17
(4) Síntese Conclusiva	18
b. URSS/Rússia	20
(1) Guerra Fria.....	20
(2) Pós - Guerra Fria.....	22
(3) Síntese Conclusiva	24
c. China.....	26
(1) Guerra Fria.....	26
(2) Pós - Guerra Fria.....	28
(3) Síntese Conclusiva	28
4. Comparação da evolução do Poder Terrestre nos três Estados.....	30
5. Conclusões.....	33
a. Evolução do Poder Terrestre.....	33
b. Prospectiva do Poder Terrestre	36
(1) Tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional	36
(2) Futuro do Poder Terrestre	38
Referências bibliográficas	41

Apêndices:

Apêndice 1 – Espectro das operações militares	49
Apêndice 2 – Revisão de literatura	51
Apêndice 3 – Glossário de termos	59

Figuras:

Figura 1: Conjugação do espectro da conflitualidade com a tipologia das operações	50
--	-----------



Resumo

Dado que o ser humano habita o meio terrestre é neste ambiente que, maioritariamente, as operações militares conduzem a resultados decisivos ao nível político. Sendo que o *Poder Terrestre* tem a capacidade singular de conquistar e controlar território, bem como a população nele inserida, a análise da aplicação das forças terrestres torna-se incontornável no âmbito do emprego do instrumento militar. O papel do Poder Terrestre tem, também, vindo a ser alargado, para além da derrota militar dos adversários, ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável, facilitando, assim, a intervenção dos restantes instrumentos do poder do Estado.

Para se compreender quer a actualidade quer a tendência de evolução do Poder Terrestre, objectivo deste Trabalho de Investigação Individual, há que analisar o seu passado. O estudo da evolução do Poder Terrestre deve ser abordado segundo duas dimensões. Uma intrínseca, que analisa o conhecimento autónomo das formas e técnicas de aplicação das forças terrestres, e outra extrínseca, sobre o papel e importância do Poder Terrestre dentro do instrumento militar. Este estudo parte da evolução do Poder Terrestre dos EUA, URSS/Rússia e China, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, para chegar a um padrão evolutivo que permita elaborar uma prospectiva face à tendência de evolução da *conflitualidade* e do *Ambiente Operacional*. A dimensão intrínseca é analisada segundo quatro variáveis. A primeira, dentro do potencial de combate, examina o balanceamento entre *fogos* e *manobra*. A segunda aborda a capacidade de *projectção*, enquanto as restantes duas, na área da doutrina, estudam os *níveis da guerra* adoptados e a abordagem à condução das operações, *atricionista* ou *manoverista*. Na dimensão extrínseca é utilizada a variável do comportamento ao longo do *espectro das operações* militares, cuja operacionalização assenta na determinação da importância da aplicação das forças terrestres no contexto do emprego do instrumento militar e na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir.

Este Trabalho de Investigação Individual argumenta que, na sua dimensão intrínseca, o Poder Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra, que as forças facilmente projectáveis tendem a ser o modelo adoptado e que o paradigma de emprego das forças terrestres tende a manter, quer uma abordagem *manoverista*, quer a adopção dos três níveis da guerra. Na dimensão extrínseca, o Poder Terrestre manteve-se o *poder decisivo* dentro do instrumento militar e tende a manter este papel, num modelo de aplicação conjunta do instrumento militar, principalmente, como facilitador de uma óptica integrada dos instrumentos do poder do Estado.



Abstract

Since humans inhabit the land environment, it's here that the majority of military operations lead to decisive results at the political level. Since the Landpower has the unique capacity to conquer and control territory, and population within, the analysis of the employment of ground forces becomes inevitable in the study of the application of the military instrument. The role of Landpower has also been extending beyond the military defeat of the opponents, to embrace the establishment of a safe and secure environment, thus facilitating the integration of the other instruments of State's power.

To understand the present situation, and the evolution trend, of Landpower, purpose of this research, it is necessary to examine its past. The evolution of Landpower should be analyzed in two dimensions, an intrinsic one, comprehending the knowledge of the application forms and techniques of ground forces, and an extrinsic one, about the role and importance of Landpower within the military instrument. This research departs from the evolution of U.S., USSR / Russia and China Landpower, since the end of World War 2, to reach an evolutionary pattern that would allow a prospective view of its trend, according to the foreseen evolution of conflicts and of the Operational Environment. The intrinsic dimension is analyzed based on four variables. The first, part of the combat power, examines the balance between fire and maneuver. The second deals with the capacity of deploying forces, while the other two, in the area of doctrine, study the levels of war and the type of approach to the conduct of operations, *attritionist* or *maneuverist*. In the extrinsic dimension the used variable is the Landpower's behavior across the spectrum of military operations, based on the importance of land forces in the employment of the military instrument and the relationship between the type of desired end state and the ability to achieve it.

This research argues that in its intrinsic dimension, Landpower tends to adopt an even balance between fire and maneuver, deployable forces tend to be the adopted model, and the paradigm of land forces employment tends to be *maneuverist* and to adopt the three levels of war. In its extrinsic dimension, Landpower remained the decisive power inside the military instrument, and tends to keep this role in a joint military instrument application's model, mainly, as a facilitator of an integrated use of the instruments of the State's power.



Palavras-chave

Ambiente Operacional

Atricionista

Conflitualidade

Espectro das Operações

Fogos

Manobra

Manoverista

Níveis da Guerra

Poder Decisivo

Poder Terrestre

Projecção



Lista de abreviaturas

	C
C2	Comando e Controlo
	E
ELP	Exército de Libertação Popular
EUA	Estados Unidos da América
	F
FM	<i>Field Manual</i>
	I
ISTAR	Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance
	O
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
	Q
QD	Questão Derivada
	T
TII	Trabalho de Investigação Individual
TO	Teatro de Operações
	U
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



1. Introdução

Desde o início da idade contemporânea, o pensamento sobre o Poder Terrestre tem adoptado como principal referência a Escola Continental. Esta escola de pensamento estratégico, surgida na Europa, incorpora o conhecimento sobre o modo de conduzir a guerra no meio terrestre. A Escola Continental nasceu no início do século XIX e desenvolveu-se durante cerca de um século e meio através de quatro grandes influências:

- As campanhas de Napoleão e a sua experiência sobre a batalha decisiva¹ no modo de conduzir a guerra;
- As obras de pensadores como Jomini e Clausewitz, que disseminaram os princípios modernos da guerra terrestre por várias gerações de militares;
- O desenvolvimento do Estado-Maior Prussiano na segunda metade do século XIX, que adaptou as campanhas Napoleónicas à era industrial;
- O aparecimento da Arte Operacional, desenvolvida na Europa, parcialmente na Alemanha e sobretudo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), no período entre a 1ª Guerra Mundial e a 2ª Guerra Mundial.

Após 1945, com o colapso da Alemanha e França como potências militares, a Escola Continental passou a assentar nas duas superpotências rivais, os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS. Principalmente após o fim da Guerra Fria, o conceito de Poder Terrestre passou a incorporar a utilização das forças terrestres num espectro de actividades mais abrangente que a guerra. Embora as Operações de Apoio à Paz e as Operações Humanitárias, entre outras fora do âmbito da guerra, não sejam um novo conceito, a sua maior ocorrência no pós - Guerra Fria tem sido uma realidade. Este facto aumenta a complexidade do emprego do instrumento militar e, conseqüentemente, do Poder Terrestre, já que o estado final pretendido para a sua actuação deixa de ser apenas a derrota das forças militares adversárias, podendo exigir a criação e manutenção de um ambiente seguro e estável.

Justificação e importância da investigação

“A guerra terrestre tem sido o pivô dos resultados militares nos conflitos ao longo da história. A causa deste fenómeno reside no facto de os seres humanos viverem em terra, e, como tal, a capacidade de conquistar e controlar território traz consigo, a maior parte das vezes, conseqüências políticas decisivas” (Tuck, 2008: 66). Mantendo em mente que

¹ A vitória numa batalha, ou seja ao nível tático, que por si só alcança os objectivos estratégicos, através da aniquilação do Exército adversário. Este conceito é brilhantemente descrito pelo russo Isserson como a “Estratégia de um único ponto” (Schneider, 1989 *apud* Evans, 2004: 24).



apenas é possível controlar território e a população nele inserida com forças terrestres, compreendemos, facilmente, a importância do estudo do Poder Terrestre. A par desta capacidade, o papel das forças terrestres tem vindo a ser alargado ao estabelecimento de um ambiente seguro e estável, facilitando a intervenção dos restantes instrumentos de poder do Estado, numa óptica de *Comprehensive Approach*². Esta integração torna o estudo do Poder Terrestre pertinente para a compreensão do emprego do instrumento militar na Estratégia Total dos Estados.

De acordo com Colin Gray (2008, 18), “para avançarmos na compreensão do fenómeno da guerra e da Estratégia é necessário teorizar sustentados na História”. É com base neste conceito que se enquadra o presente estudo. Para se compreender a forma de emprego e respectiva importância do Poder Terrestre, na actualidade, há que entender o seu percurso passado. Estudar a sua evolução, em vez de uma análise simplesmente centrada no presente, ajuda, também, a ter uma visão do seu futuro. Entender a evolução da forma como as forças terrestres são empregues é uma das premissas para se planearem capacidades que dêem resposta aos desafios actuais e futuros.

Objecto do estudo

O Poder Terrestre, na Escola Continental do pensamento estratégico, pode analisar-se segundo duas dimensões: uma intrínseca, ou seja, o conhecimento autónomo das formas e técnicas de aplicação das forças terrestres, e outra extrínseca, sobre o papel e importância do Poder Terrestre no âmbito do instrumento militar. Foi nestas dimensões que se pretendeu conduzir a investigação, procurando factores de continuidade e descontinuidade, que permitissem elaborar uma prospectiva do Poder Terrestre.

Importa ainda referir que, no contexto da investigação, seria irrealista, para o período em investigação, analisar as operações terrestres de forma isolada pelo que, ao longo do estudo, serão abordadas as forças terrestres num contexto conjunto.

Delimitação e limitações do estudo

Tendo como elemento central do estudo a “Evolução do Poder Terrestre nos últimos anos a nível mundial”, efectuámos as seguintes delimitações para a nossa investigação:

– Estudar o Poder Terrestre aplicado por actores estatais através das suas forças terrestres convencionais. O âmbito da aplicação tem em conta todas as formas de

² Conceito baseado na premissa de que as operações cujo objectivo seja uma paz estável, para terem sucesso, têm que empregar os instrumentos civis e militar de forma integrada. É uma forma de pensamento e, simultaneamente, uma ferramenta que pode ser aplicada em todas as fases de um conflito e a todos os níveis da guerra (Jakobsen, 2008: 9)



adversários, estatais e não estatais;

- Analisar, em termos temporais, o período definido pelo fim da 2ª Guerra Mundial e o ano de 2009;

- Centrar o estudo nos EUA e URSS / Rússia, reais herdeiros da Escola Continental, e na China, Estado possuidor do Exército mais numeroso ao nível mundial.

A investigação do presente tema deparou-se com duas principais limitações. Em primeiro lugar, a dificuldade em obter uma visão mundial do Poder Terrestre, dada a disparidade entre Estados. Apesar de os Estados terem a tendência para incorporar tecnologia e doutrina dos mais poderosos ao nível militar, a conduta das operações militares, em especial as terrestres, está fortemente condicionada por factores políticos, culturais e sociais. A segunda limitação advém do facto de o emprego do Poder Terrestre, como parte integrante do instrumento militar dos Estados, não representar a totalidade das formas de emprego de forças terrestres, dada a proliferação de actores não - estatais nos conflitos actuais.

Objectivos da investigação

Face ao tema proposto, definimos três objectivos para a investigação:

- Analisar a evolução do Poder Terrestre dos EUA, URSS / Rússia e China, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até ao ano de 2009;

- Determinar os pontos de convergência e divergência das três evoluções analisadas e, a partir desta comparação, estabelecer os padrões de continuidade e descontinuidade das características do Poder Terrestre;

- Com base nos padrões estabelecidos e nas tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, elaborar uma previsão do futuro do Poder Terrestre.

Metodologia, percurso e instrumentos

Neste estudo orientámos a nossa investigação para responder à Questão Central – “Tendo em conta a evolução do Poder Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospecta face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”. Como instrumento orientador da pesquisa enunciámos as seguintes Questões Derivadas (QD):

- QD 1: “Como evoluiu o Poder Terrestre dos EUA desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”;

- QD 2: “Como evoluiu o Poder Terrestre da URSS/Rússia desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”;

- QD 3: “Como evoluiu o Poder Terrestre da China desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”;



- QD 4: “Quais os pontos de convergência e divergência da evolução do Poder Terrestre nos três Estados analisados?”;
- QD 5: “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade no Poder Terrestre durante o período analisado?”.

O ponto de partida da investigação foi a análise de publicações sobre a problemática em questão. O nosso intuito foi determinar as variáveis segundo as quais iríamos investigar a evolução das dimensões intrínseca e extrínseca do Poder Terrestre. Na selecção da literatura inicial, procurámos identificar variáveis de análise do Poder Terrestre, absolutas e intemporais, sem preocupação com qualquer hiato de tempo. A partir desta base, construímos o nosso modelo de análise que é apresentado no capítulo seguinte. Esta fase visou, simultaneamente, a compreensão do fenómeno da aplicação das forças terrestres, do seu papel e das influências do meio onde actuam.

O método indutivo foi utilizado para, a partir dos fenómenos observados nos casos particulares dos actores estudados, compará-los e determinar os pontos comuns que permitissem generalizar um padrão de evolução. Este padrão, tendo em conta as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, conduziu-nos ao argumento do nosso estudo – “Na sua dimensão intrínseca, o Poder Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra. As forças facilmente projectáveis tendem a ser o modelo adoptado. O paradigma de emprego das forças terrestres tende a manter os três níveis da guerra e uma abordagem *manoverista*. Na sua dimensão extrínseca, o Poder Terrestre tende a manter um papel decisivo, num modelo de aplicação conjunta do instrumento militar, principalmente como facilitador de uma óptica integrada dos instrumentos do poder do Estado”.

Sendo este Trabalho de Investigação Individual (TII) um estudo prospectivo, o seu argumento poderá ser o ponto de partida para, no futuro, se constituir em hipótese de uma nova investigação que pretenda a sua validação ou refutação.

Os instrumentos de investigação do estudo assentaram na pesquisa bibliográfica sobre o fenómeno da guerra e, principalmente, sobre as operações terrestres. Após o desenho do modelo de análise, passou-se a examinar especificamente a literatura disponível sobre o Poder Terrestre dos três actores em estudo.

Corpo de conceitos

Durante o TII são utilizados conceitos que são a base da investigação, tornando-se essenciais ao seu entendimento, razão pela qual pensamos ser útil a sua apresentação:



– Poder Terrestre: “capacidade e forças terrestres necessárias à condução de operações de forma sustentada contra um inimigo no meio terrestre” (Jarkowsky, 2002: 2). Para além da derrota do inimigo, o Poder Terrestre incorpora a capacidade de controlar o terreno e a população nele inserida. O Poder Terrestre é definido segundo duas dimensões: uma intrínseca, ou seja, o conhecimento autónomo das formas e técnicas de aplicação das forças terrestres, e outra extrínseca, sobre o papel do Poder Terrestre e a sua importância dentro do instrumento militar.

– Guerra: para o presente estudo considerámos útil adoptar um conceito abrangente de guerra. Seleccionámos o definido por Hedley Bull, como “a violência organizada entre grupos políticos” (*apud* Gray, 2006: 185). Esta violência recorre à luta armada e visa atingir um fim político.

– Potencial de Combate: “valor resultante da combinação dos meios materiais com a força moral de uma unidade. É, portanto, a resultante de todos os meios e acções que uma unidade pode aplicar contra um adversário e da sua capacidade de evitar, ou limitar, as acções que contra ela são, por este último, dirigidas” (Exército, 2005: Parte III 1-20).

– Capacidade: “habilidade de produzir um efeito que é necessário atingir. O efeito é o resultado de uma acção ou conjunto de acções produzidas pela capacidade. Uma capacidade é constituída por uma ou mais componentes funcionais: doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infra-estruturas e interoperabilidade” (Madeira, 2009: 91).

– Doutrina: “conjunto de princípios e regras que visam orientar as acções das forças e elementos militares no cumprimento da missão” (Exército, 2005: B-6).

– Poder decisivo: “Poder Terrestre, Aéreo ou Marítimo, que tem capacidade de alcançar o estado final desejado para o instrumento militar, ou que, sem a sua intervenção o mesmo não possa ser alcançado” (Jarkowsky, 2002: 3).

Organização e conteúdo da investigação

Ao longo do trabalho procurámos responder às QD nas sínteses conclusivas de cada capítulo. Para responder à Questão Central, apresentando o nosso argumento, e cumprir os objectivos do nosso estudo, organizámos o TII em cinco capítulos, onde se inclui a presente introdução.

No segundo capítulo descreve-se o modelo de análise que serviu de base à investigação que é apresentada nos capítulos seguintes. Neste capítulo visamos, essencialmente, explicitar cada uma das variáveis escolhidas. Na dimensão intrínseca do Poder Terrestre, as variáveis agrupam-se em três conjuntos: o potencial de combate, as



capacidades das forças terrestres e a doutrina. Na dimensão extrínseca analisa-se o papel do Poder Terrestre dentro da aplicação do instrumento militar.

No terceiro capítulo analisamos a evolução do Poder Terrestre, nos EUA, URSS / Rússia e China, desde o fim da 2ª Guerra Mundial até 2009. Cada actor é abordado isoladamente, aplicando o modelo de análise ao emprego das respectivas forças terrestres.

No quarto capítulo determinamos os pontos de convergência e divergência das três evoluções analisadas. A partir desta comparação, procuramos estabelecer os padrões de continuidade e descontinuidade das características do Poder Terrestre.

No quinto, e último capítulo, apresentamos as conclusões. No seu primeiro ponto revemos as respostas às QD. No segundo ponto, com base nos padrões estabelecidos e nas tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, elaboramos uma perspectiva do Poder Terrestre, respondendo à Questão Central.

No Apêndice 1 é descrito o espectro das operações militares, paradigma das intervenções militares adoptado para o desenvolvimento da investigação. Para a sua definição, utilizámos o espectro da conflitualidade, pano de fundo das operações militares, conjugado com a tipologia das operações, de forma a enquadrar cada tipo de operação no contexto de violência do seu Ambiente Operacional mais provável.

No Apêndice 2 apresentamos uma revisão de literatura de autores reconhecidos internacionalmente, que têm avaliado a evolução do Poder Terrestre. Esta literatura permitiu-nos, como já referido, determinar as variáveis absolutas e intemporais que auxiliassem o desenho do nosso modelo de análise da evolução do Poder Terrestre. Simultaneamente, esta revisão foi o ponto de partida para a compreensão da aplicação das forças terrestres, do seu papel e das influências do meio onde actuam. Em primeiro lugar, analisamos a obra de 1985, *Race to the Swift*, de Richard E. Simpkin. Segue-se a obra *Yellow Smoke* de Robert H. Scales Jr., publicada em 2003. Por último apresentamos a revisão do capítulo de Christopher Tuck, *Land Warfare*, inserido na obra de 2008, *Understanding Modern Warfare*.

O Apêndice 3 constitui o glossário de termos utilizados ao longo do TII, que apresentamos de forma a facilitar a compreensão do texto.



2. Modelo de Análise

A Questão Central do nosso estudo – “Tendo em conta a evolução do Poder Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospectiva face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”, implicou que a investigação da evolução do Poder Terrestre partisse da análise de casos particulares materializados, neste estudo, nos três actores escolhidos. Este foi o estágio inicial na determinação dos pontos de convergência e divergência na evolução dos actores analisados. Só após esta comparação procurámos estabelecer os padrões de continuidade e descontinuidade das características do Poder Terrestre, com o intuito de elaborar uma antevisão do seu futuro.

Para estudarmos a evolução do Poder Terrestre houve necessidade de criar um modelo de análise do emprego das forças terrestres. Como já referido, este modelo teve como ponto de partida a revisão de literatura apresentada no Apêndice 2. Na dimensão intrínseca do Poder Terrestre, as variáveis escolhidas agrupam-se em três conjuntos: o potencial de combate, as capacidades das forças terrestres e a doutrina. Na dimensão extrínseca analisa-se o papel do Poder Terrestre dentro da aplicação do instrumento militar. Este capítulo visa, essencialmente, explicitar cada uma das variáveis escolhidas.

a. Dimensão intrínseca

(1) Potencial de Combate

Segundo o *Field Manual (FM) 3-0 Operations*, do Exército dos EUA, os elementos do Potencial de Combate consistem em seis funções de combate, sincronizadas de forma sinérgica pela liderança e potenciadas pela informação (TRADOC, 2008: 4-10). Para o nosso modelo de análise seleccionámos as funções de combate manobra e fogos³. Na revisão de literatura identificámos o balanceamento entre as duas funções de combate como uma constante no desenho e aplicação de forças terrestres.

A manobra “é o emprego de forças através do movimento, em combinação com a velocidade e fogos, para alcançar uma posição vantajosa em relação ao inimigo. É a forma de concentrar forças terrestres no ponto decisivo. A manobra causa, essencialmente, efeitos físicos embora possa, também, causar efeitos morais como a incerteza, a confusão e a paralisia”. (Exército, 2005: Parte III 2-1).

Adoptámos, como conceito de fogos, o “conjunto de sistemas e tarefas relacionadas com a aplicação dos fogos indirectos terrestres, dos fogos conjuntos e da guerra de

³ Na doutrina do Exército Português esta função de combate é designada como Apoio de Fogos.



comando e controlo (C2), incluindo fogos não letais, através do processo de *targeting*. Inclui as tarefas associadas à integração e sincronização dos efeitos dos fogos e da guerra de C2 com o efeito das restantes funções de combate, bem como a integração no conceito de operações e posterior ajustamento de acordo com o processo de *targeting*. Os fogos contribuem para a manobra, embora os comandantes os possam usar de forma decisiva” (TRADOC, 2008: 4-4). Como se depreende do conceito apresentado, os fogos têm de ser analisados numa perspectiva de apoio conjunto às forças terrestres, e não apenas no apoio dos seus meios orgânicos.

No estudo da evolução do Poder Terrestre interessa analisar as duas funções de combate em conjunto, procurando identificar como cada actor resolveu o dilema do seu balanceamento.

(2) Capacidades

Na área das capacidades analisámos a projecção. Para explicitarmos esta variável, traçámos um percurso conceptual a partir da noção de mobilidade. O *Joint Publication 1-02, Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*, das Forças Armadas dos EUA, define mobilidade como “ a qualidade ou capacidade de uma força que lhe permite deslocar-se de um local para outro, mantendo a aptidão para cumprir a sua missão” (JCS, 2009: 352). Esta definição conduz à divisão do conceito de mobilidade em três dimensões correspondentes aos níveis da guerra: mobilidade estratégica, operacional e tática. A mobilidade estratégica, com interesse directo para a construção do conceito de projecção, é definida na mesma publicação como “ a capacidade de deslocar e sustentar forças militares em apoio da Estratégia nacional” (JCS, 2009: 519).

Para chegarmos à operacionalização da variável projecção, não nos basta a capacidade da mobilidade estratégica em deslocar e sustentar. No desafio tempo *versus* risco⁴, que para R. Scales molda a evolução do Poder Terrestre ao nível estratégico, existe a necessidade de credibilidade da força terrestre face à ameaça. Para tal, definimos a projecção como a conjugação dos conceitos de mobilidade estratégica e de valor combativo de uma força, este último introduzido por R. Simpkin.

Partindo desta relação de complementaridade, podemos definir projecção como sendo a capacidade de deslocar e sustentar uma força, capaz de obter a iniciativa, para um qualquer Teatro de Operações (TO). Para que a iniciativa seja obtida e mantida, de preferência antes que o adversário esteja pronto, ou tenha capacidade de deteriorar a

⁴ Desenvolvido no Apêndice 2.



situação, é necessário que a força tenha um elevado valor combativo. O valor combativo é definido por um potencial de combate físico⁵, elevado e balanceado, conjugado com o valor físico da manobra⁶.

Na presença da massa em ambas as componentes do valor combativo de uma força, o dilema tempo *versus* risco, associa-se ao conceito de R. Simpkin de quantidade mínima de massa necessária para que uma força represente ameaça e se possa comportar como um sistema adaptativo em relação às variáveis externas. É na forma como cada actor foi adaptando as suas forças terrestres neste jogo entre tempo necessário para deslocar e valor combativo de uma força, que o nosso estudo da evolução do Poder Terrestre assenta quanto à variável projecção.

(3) Doutrina

Na doutrina, o nosso modelo de análise tem duas variáveis, os níveis da guerra adoptados por cada actor ao longo do tempo e o tipo de abordagem à condução das operações.

Nos níveis da guerra, actualmente definidos pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) como três, o estratégico, o operacional e o tático, pretendemos avaliar a evolução da sua adopção nas doutrinas dos três actores em análise. Embora esta divisão em níveis da guerra não diga respeito singular às forças terrestres, a sua classificação mantém o seu sentido em relação ao Poder Terrestre, dentro do paradigma da actuação conjunta do instrumento militar.

O nível estratégico é “ o nível da guerra no qual as nações determinam os objectivos nacionais, ou multinacionais, e aplicam os seus instrumentos de poder, incluindo o militar” (OTAN, 2007: 2-S-13). O nível operacional é “o nível da guerra no qual as campanhas e operações de grande envergadura são planeadas, conduzidas e sustentadas para que se atinjam os objectivos estratégicos num TO” (OTAN, 2007: 2-O-3). “O nível operacional liga a Tática e a Estratégia, ao estabelecer objectivos operacionais necessários para que se atinjam os objectivos estratégicos. As actividades neste nível têm implícita uma dimensão mais alargada de tempo e espaço que o nível tático, assegurando que o sucesso tático é explorado de forma a atingir os objectivos estratégicos” (JCS, 2008: GL – 22). O nível tático é “o nível da guerra no qual as batalhas e empenhamentos

⁵ Definido por R. Simpkin, como referido no Apêndice 2, pela conjugação da mobilidade, protecção e fogos, com a massa de uma força.

⁶ R. Simpkin definiu valor físico da manobra como a conjugação da massa com o *ritmo*. Neste caso referimo-nos a este conceito em potencial e não efectivo, pois estamos a tratar de uma força a ser projectada e não já em actuação.



são planeados e executados para atingir os objectivos militares atribuídos às unidades táticas” (OTAN, 2007: 2-T-2).

A segunda variável na área da doutrina é o tipo de abordagem à condução das operações, ou seja, uma aproximação *atricionista* ou *manoverista*. Para definirmos cada uma das abordagens recorreremos, mais uma vez, a R. Simpkin (1985: 19 a 23) e às suas definições de ambos os conceitos. Para este autor a abordagem *atricionista* é uma forma de combate que procura a vitória pela quantidade de baixas humanas e materiais causadas ao inimigo. A abordagem *manoverista* é definida como a procura do oportunismo e da exploração dos erros forçados e não forçados do inimigo, visando abalar a sua coesão como um sistema, pela aplicação de acções rápidas, focadas e com surpresa. Para R. Leohnhard (1991: 19 a 20) a aplicação máxima de uma abordagem *manoverista* seria a preempção da intenção inimiga, neutralizando-a antes do combate. Quando a preempção não é possível, procura-se a deslocalização, tornando irrelevante o forte do inimigo. Em último caso, a abordagem *manoverista* visa a destruição do centro de gravidade inimigo, atacando as suas vulnerabilidades críticas com o forte das nossas forças. Resumindo a diferença entre as duas abordagens, a *manoverista* procura a paralisia, ou, em último caso, a destruição do sistema, enquanto a *atricionista* procura a vitória através da destruição sistemática.

b. Dimensão extrínseca

Para analisar a evolução do Poder Terrestre, no seu papel como parte integrante do instrumento militar, utilizámos a variável comportamento ao longo do espectro das operações militares. A operacionalização desta variável baseia-se na determinação da importância da aplicação das forças terrestres no contexto do emprego do instrumento militar. A referência para aferir esta importância é o conceito, já apresentado, de poder decisivo. Ou seja, o papel do Poder Terrestre é analisado à luz da sua capacidade de alcançar o estado final desejado para o instrumento militar, ou que, sem a sua intervenção, o mesmo não possa ser alcançado. Para a análise da variável comportamento ao longo do espectro das operações militares, contribui, também, a relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir. Nesta perspectiva, para além da importância do Poder Terrestre no instrumento militar, torna-se necessário aferir o sucesso em operações cujos estados finais pretendidos sejam tão díspares como a destruição do inimigo e o garantir um ambiente seguro e estável.



3. Evolução do Poder Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial

a. EUA

(1) Guerra Fria

O período da Guerra Fria teve dois palcos de actuação para as forças terrestres dos EUA. No TO europeu preparava-se um confronto em larga escala com o bloco soviético. Paralelamente a este TO, os EUA envolveram-se em guerras limitadas que vão desde a Guerra da Coreia, com início em 1950, à intervenção no Panamá em 1989.

Na Guerra da Coreia, os EUA, liderando as forças da Organização das Nações Unidas (ONU), contaram com os fogos para alcançarem um potencial de combate esmagador (Degen, 2009:17). Esta abordagem, trocando manobra por fogos, pretendia alcançar a vitória com o menor número de baixas possível.

O pendor dos fogos, em relação à manobra, reflectiu-se no desenho das unidades das forças terrestres e na forma de combater ao nível tático. “Com o desígnio de limitar ao máximo o número de baixas, foram feitos ajustes doutrinários com o intuito de aumentar o apoio de fogos disponível às forças de manobra e diminuir o seu grau de exposição ao combate próximo” (Scales, 2003: 46). Ao mesmo tempo que a disponibilidade de apoio de fogos aumentou, a quantidade de unidades de Infantaria diminuiu. Quando a frente estabilizou, as forças terrestres da ONU iniciaram uma fase de patrulhamento intenso em torno dos seus pontos fortes, com o objectivo de estabelecer o contacto com o inimigo, fixá-lo e destruí-lo através do fogo indirecto (Tuck, 2008: 102 a 103). O problema desta aproximação foi a capacidade de adaptação inimiga. O Exército de Libertação Popular (ELP) chinês deixou de actuar através da massa e passou a dispersar-se, movimentar-se de noite e concentrar-se apenas imediatamente antes dos ataques.

Na Guerra do Vietname, DePuy descreve a forma americana de conduzir a guerra terrestre afirmando que, “se quisermos analisar o que se passou no Vietname, diríamos que a Infantaria encontrava o Inimigo para a Artilharia e Aviação o destruírem” (Krepinevich, 1986 *apud* Degen, 2009:17). “DePuy acreditava que o balanceamento entre os fogos e a manobra tinha-se deslocado para o ponto em que a Infantaria tinha sido substituída no papel central do Exército pelo apoio de fogos” (Herbert, 1988 *apud* Scales, 2003: 52). Tal como o ELP na Coreia, os Vietcongues e o Exército do Vietname do Norte souberam adaptar-se a esta supremacia de poder de fogo, usando a dispersão e terrenos complexos como a selva e as áreas urbanas.

Na Guerra da Coreia, os EUA projectaram uma força prematuramente em relação ao valor combativo necessário para fazer frente a um inimigo com uma massa muito



superior. Na Coreia, os EUA não só não conseguiram assegurar os seus objectivos de forma rápida, como quase eram derrotados. “A ofensiva norte - coreana, no verão de 1950, só não conseguiu empurrar as forças da ONU de volta para o mar devido às suas linhas de comunicação estarem demasiado estendidas” (Scales, 2003: 41). O Major - General Weaver declarou em 1957, em relação à Guerra da Coreia, que “se o Exército dos EUA tivesse projectado uma força de reacção rápida credível em 1950, teria evitado a longa e mortífera defensiva e conseguido uma vitória rápida” (Weaver, 1957 *apud* Linn, 2009: 162).

Segundo M. Evans (2004, 54 a 55), em ambas as guerras mundiais, o Exército dos EUA prosseguiu uma estratégia de aniquilação, baseada na destruição das forças inimigas através da aplicação de fogos superiores, de uma maior massa e de uma superioridade logística. A ausência do nível operacional nos níveis da guerra fez com que os EUA mantivessem um dualismo Estratégia – Tática até à reforma das décadas de 1970 e 1980. Após a derrota americana no Vietname, os EUA focaram-se, de novo, no teatro europeu da Guerra Fria. Na reforma encetada, os Generais DePuy e Donn Starry partilhavam a opinião de que os EUA “tinham uma obsessão com os fogos e com a contabilidade de baixas, a atrição. Chamavam-lhe a *tactização* da Estratégia” (Evans, 2004: 57). DePuy introduz em 1976 um foco operacional na teoria militar terrestre, cujo planeamento visava atingir os objectivos estratégicos.

No final da guerra do Vietname, entre 1973 e 1976, a doutrina *Active Defense* colocava a ênfase no primeiro embate com as forças soviéticas e incorporava as experiências do Yom Kippur, sendo basicamente uma tentativa de encontrar a melhor aplicação das tecnologias existentes para uma situação de defesa. “Críticos, como John Boyd e William Lind afirmavam que esta doutrina se focava demasiado na tecnologia letal e pouco na manobra, transformando-se numa abordagem *atricionista*” (Czege, 2006: 5). A esta doutrina faltava também o que os alemães e soviéticos apelidavam de nível operacional da guerra.

Entre 1976 e 1986, o Exército dos EUA iniciou uma transição dos pensamentos enraizados na 2ª Guerra Mundial para chegar à sua doutrina *AirLand Battle*. A transformação incidiu na tentativa de sincronizar os fogos com a manobra e em ver o combate da área da retaguarda, o combate próximo e em profundidade como elementos do combate moderno, inseparáveis, simultâneos e complementares. A noção da “divisão espacial do campo de batalha fazia face à doutrina soviética das Operações na Profundidade” (Czege, 2006: 8). Nesta introdução de doutrina, os EUA adoptam o nível



operacional entre os níveis estratégico e tático. A *AirLand Battle* foi formalizada em 1982, sendo a Arte Operacional adoptada na revisão de 1986. Este processo materializou a aceitação dos princípios do nível operacional da Escola Continental do pensamento estratégico, em que este nível representa o elo de ligação entre a nova ordem desejada pela Estratégia e o caos da guerra vista pela perspectiva Tática (Evans, 2004: 58 a 59). A doutrina *AirLand Battle* representou uma mudança para a abordagem *manoverista* da condução da guerra. Esta transformação na abordagem à forma de conduzir a guerra, de uma aproximação *atricionista* para uma *manoverista*, perdurará durante o resto da Guerra Fria.

Em relação ao papel do Poder Terrestre, na Guerra da Coreia, este comportou-se como poder decisivo. Os EUA, nesta guerra limitada, puseram de parte, ao nível político, a utilização da arma nuclear. Os constrangimentos políticos também se fizeram sentir para o Poder Aéreo, materializados nas restrições às acções fora da península coreana. O Poder Naval foi, sobretudo, um instrumento logístico durante a guerra, assumindo sempre um papel de apoio (Jarkowsky, 2002: 8). A luta decisiva ocorreu no meio terrestre, onde o Poder Terrestre foi o único capaz de atingir o estado final pretendido.

Uma situação semelhante surgiu no Vietname. “O Poder Aéreo procurou ser decisivo, tentando coagir o Vietname do Norte a cessar as hostilidades. Foram utilizadas mais toneladas nos bombardeamentos do que em toda a 2ª Guerra Mundial. Mas, apesar da tecnologia mais avançada, o Poder Aéreo não foi decisivo. O Poder Terrestre, devido à natureza limitada da guerra, do terreno e das características do inimigo, foi, mais uma vez, decisivo” (Jarkowsky, 2002: 9).

Se podemos concluir que o incremento progressivo da tecnologia no apoio de fogos, principalmente no Poder Aéreo, não retirou a característica decisiva ao Poder Terrestre, a análise da variável comportamento ao longo do espectro das operações militares, na capacidade de atingir o estado final pretendido, é de mais difícil realização. Principalmente na Guerra do Vietname, o instrumento militar como um todo revelou dificuldade em atingir o estado final pretendido, a salvaguarda do Vietname do Sul. Comparando a Guerra da Coreia com a do Vietname concluímos que, quanto menos o inimigo empregar métodos convencionais para conduzir a guerra, mais dificuldade têm as forças terrestres em atingir o estado final pretendido.

(2) Pós - Guerra Fria

Após o fim da Guerra Fria os EUA envolveram-se, logo em 1991, num novo conflito, a Guerra do Golfo. C. Tuck (2008: 99) explica a vitória obtida, comparando-a



com a alemã em França, na 2ª Guerra Mundial. Ambos os casos envolveram Exércitos com equipamento moderno e em quantidade, estando perfeitamente adequados à guerra convencional. Em ambos os casos existiu uma marcada diferença na habilidade em usar o seu equipamento de forma moderna.

A vitória aliada convenceu muitos teorizadores que a nova tecnologia tinha revolucionado a guerra. As capacidades de recolha de informação, de precisão das munições guiadas, de supressão das defesas antiaéreas, de *stealth* e de C2 dada pela digitalização, estariam a mudar o carácter da guerra, numa verdadeira Revolução nos Assuntos Militares (Bidle, 2007:104). Em termos de fogos e manobra, a Guerra do Golfo seria a vitória inequívoca dos fogos, principalmente os proporcionados pelo Poder Aéreo. No entanto, este ponto de vista é redutor em relação aos efeitos da doutrina e da resposta iraquiana. E. Degen (2009:18) explica que o recurso massivo aos fogos, por parte da coligação, resultou porque os iraquianos não usaram nenhum método para contrariar a superioridade americana. R. Leonhard (1991: 287) apresenta a percentagem de tipo de munições de Artilharia na Dotação Orgânica das armas como uma das provas da tentativa de deslocar o papel dos fogos, do apoio à manobra, para um papel decisivo. Na Guerra do Golfo a quantidade de munições explosivas e de fumos, as mais utilizadas nos fogos de supressão em apoio da manobra, representavam 16% do total, enquanto as munições convencionais melhoradas de duplo efeito, desenhadas para destruir viaturas ou pessoal, mas impróprias para apoio próximo das unidades de manobra, perfaziam 60%.

A ideia da supremacia dos fogos continuou até à intervenção da OTAN no Kosovo. A experiência americana neste TO sugeriu que, embora a tecnologia relacionada com a precisão continue a desenvolver-se, o balanço entre fogos e manobra continuará a depender, também, da natureza do inimigo e do terreno. O Exército sérvio, usando a dispersão e a cobertura, poucas baixas sofreu com os intensos bombardeamentos aéreos. Só o aparecimento de forças terrestres, representadas pelo Exército de Libertação do Kosovo, obrigou os sérvios a abandonarem a sua cobertura e a concentrarem-se para combater. Só a partir deste momento a campanha aérea contra alvos táticos começou a ter sucesso moderado (Scales, 2003: 71).

Na Guerra do Golfo, também o dilema tempo *versus* risco foi visível. No início da crise, os EUA tomaram a decisão de projectar uma Brigada Aerotransportada para a fronteira entre o Kuwait e a Arábia Saudita. No entanto, “tivesse a Guarda Republicana iraquiana continuado para Sul e entrado na Arábia Saudita, a Infantaria apeada, com pouca protecção, teria tido muita dificuldade em detê-la” (Scales, 2003: 63). O dilema tempo



versus risco assenta em dois factores, o projectar uma força em tempo e, ao mesmo tempo, projectar uma força cujo valor combativo seja suficiente. No caso da Guerra do Golfo, em que as primeiras unidades blindadas chegaram após um mês e que a projecção do total das forças para as operações terrestres demorou seis, podemos afirmar que ambos os factores não foram cumpridos. Em conclusão e corroborando com a opinião de R. Scales (2003: 64), “o Exército da Guerra Fria era demasiado pesado e volumoso para operações em que a capacidade de projecção fosse essencial”.

O Exército dos EUA, após o ciclo de lições aprendidas da Guerra do Golfo, deparou-se com a necessidade de transformar um Exército desenhado para o pré - posicionamento num Exército projectável. Na lógica dos defensores da tecnologia, que vêem nos fogos um substituto da mobilidade e protecção, “os EUA baixaram o peso das suas Divisões e criaram as Brigadas médias” (Czege, 2006: 3).

No final da Guerra Fria, a *AirLand Battle* mantinha-se como doutrina do Exército dos EUA, razão pela qual seria expectável que a Guerra do Golfo de 1991 materializasse a abordagem *manoverista* à condução das operações. Numa análise ao nível operacional, a conjugação do ataque frontal no Kuwait com os envolvimentos e movimentos torneantes, terrestres e aeromóveis, em território iraquiano foi uma aplicação quase decalcada do modelo da “sanduíche de três andares” (Simpkin, 1985: 154). Esta manobra de deslocalização posicional da defesa iraquiana no Kuwait, evitando os seus pontos fortes, aplicou os conceitos da abordagem *manoverista*. R. Leonhard (1991: 282 a 283) reconhece a abordagem *manoverista* ao nível operacional, mas apresenta uma visão diferente no nível táctico. A este nível, o controlo centralizado e a ênfase na coincidência de flancos não permitiram que se explorasse os intervalos e os pontos fracos do inimigo. Para R. Leonhard (1991: 284 a 285) o sucesso táctico no Golfo não resultou de uma abordagem *manoverista*, mas sim, de uma assimetria derivada do diferencial tecnológico e da proficiência norte - americana em tarefas críticas.

Durante a década de 1990, a divisão em três níveis da guerra começou a ser questionada. As munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de *Intelligence, Surveillance, Target Acquisition and Reconnaissance* (ISTAR), a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, davam ao comandante estratégico a tentação de conduzir directamente a batalha táctica. Esta capacidade pode provocar a compressão dos três níveis da guerra, voltando-se ao dualismo Estratégia – Táctica (Evans, 2004: 69).

Outro aspecto que emergiu das experiências do Golfo, Somália, Bósnia e Kosovo, foi a revolução da informação, na qual qualquer acontecimento local pode ser visionado ao



nível global através da capacidade actual dos *media*. Os defensores do fim do nível operacional argumentavam que cada vez mais existia a possibilidade da decisão estratégica depender directamente das acções tácticas, surgindo termos como o “Cabo Estratégico”. Ainda em relação aos níveis da guerra, W. Clark (2001: 11 a 12) defende que, em vez de regressarmos a dois níveis da guerra, deveríamos acrescentar um quarto, o da Política. Para W. Clark, baseado em lições da Bósnia e Kosovo, no ambiente constrangido por factores políticos, mediáticos e legais, a Política tem um papel activo, não só na definição da finalidade das intervenções militares, mas também na própria conduta das operações.

O último aspecto focado pelos defensores do fim dos três níveis da guerra foi a necessidade de integração de todos os instrumentos do poder do Estado no planeamento de campanhas. Entre eles, R. Leonhard (2003) afirmou que o “planeamento de campanhas militares não é mais relevante, pois os factores militares tornaram-se de tal maneira integrados com os diplomáticos, económicos e culturais, que o nível militar do TO está a tornar-se indistinto da Estratégia Total”. Esta visão foi refutada por muitos, que consideram a Arte Operacional e os conceitos associados ao nível operacional aplicáveis ao longo de todo o espectro das operações militares (Evans, 2004: 80 a 81).

“No desfecho da Guerra do Golfo, muitos estavam convencidos que a vitória se devia ao Poder Aéreo” (Tuck, 2008: 108). Apesar dos seus efeitos, ao ser iniciada a campanha terrestre, “as forças iraquianas reagiram e, em seis horas, tinham ocupado posições de detenção com forças blindadas, desencadeando nove batalhas contra as forças de envolvimento da coligação” (Tuck, 2008: 112). Tal como outras campanhas, a Guerra do Golfo necessitou das forças terrestres para materializar a derrota das forças iraquianas e atingir o estado final pretendido.

No Kosovo, o papel do Poder Terrestre pode avaliar-se no facto de que só o aparecimento de forças terrestres, representadas pelo Exército de Libertação do Kosovo, e, também, pela concentração de Forças da OTAN na fronteira, obrigou os sérvios a abandonarem a sua cobertura. Após a capitulação da Sérvia, as forças terrestres da OTAN tiveram que ser empregues na estabilização do Kosovo, permanecendo nessa missão até à actualidade.

Resumindo, quer no Iraque, em 1991, quer no Kosovo, apesar do sucesso das campanhas aéreas e do uso massivo dos fogos, foi necessário o avanço de forças terrestres para consolidar ganhos e obter a vitória (Degen, 2009: 18). Se podemos continuar a considerar o Poder Terrestre como o poder decisivo, o seu comportamento ao longo do espectro das operações militares difere bastante em relação ao estado final pretendido. Na



Guerra do Golfo, o seu comportamento na derrota militar das forças iraquianas foi altamente eficiente. No que toca ao controlo das populações e ao estabelecer um ambiente seguro e estável, casos da Somália ou do Kosovo, o Poder Terrestre não chegou a ser eficaz no primeiro conflito e foi-o de forma demorada no segundo, permitindo que o sentido da limpeza étnica se invertesse.

(3) Pós - 11 de Setembro de 2001

No Afeganistão, o sucesso inicial foi dando lugar a batalhas mais difíceis. Os Talibans e a Al - Qaeda começaram a usar a dispersão, cobertura e decepção, para mitigar os efeitos dos fogos. Ao mitigarem os efeitos dos fogos, baseados essencialmente no Poder Aéreo, obrigaram os EUA a centrarem-se no empenhamento de forças terrestres com maior ênfase na manobra (Tuck, 2008: 113). Basicamente, o conflito no Afeganistão revelou as limitações dos fogos. “Os sensores aeroespaciais, só por si, não são capazes de encontrar todos os alvos a bater, devido, principalmente, ao terreno complexo e à maior parte da ameaça operar entre a população” (Jarkowsky, 2002: 16). A Operação Anaconda, iniciada em 2002, com o objectivo de eliminar bolsas de resistência dos Taliban e da Al - Qaeda, demonstrou a necessidade de forças terrestres com ênfase na manobra, para encontrar, fixar e destruir. A tarefa de destruir era executada, sempre que possível, pelos fogos em substituição do assalto. No entanto, este tipo de abordagem ao combate próximo foi muitas vezes mitigado pela mistura do inimigo no seio da população. Este factor agravou-se mais ainda no Iraque pós - 2003, devido à troca das montanhas afegãs pelas cidades iraquianas, como terreno preferido de actuação do inimigo.

Os conflitos actuais do Afeganistão e Iraque, demonstrando que “os fogos e a tecnologia de informação não são a panaceia para a actual conflitualidade” (Hammes, 2004: 191 a 192), vieram dar razão aos que expressavam preocupação com a *Joint Vision 2010* dos EUA, publicada em 1997, que referia que a vitória seria dada pelo domínio da informação e pelas munições guiadas de precisão. Como lição aprendida, o documento publicado pelo Exército dos EUA em 2005, *The Army in Joint Operations*, identifica a necessidade de forças de manobra que consigam, inicialmente, dominar e conquistar o terreno e, subsequentemente, manter um ambiente seguro e estável (Degen, 2009: 24 a 25).

No período pós - 11 de Setembro de 2001, o Exército dos EUA continuou o seu percurso de passagem de uma postura de pré - posicionamento para um Exército facilmente projectável (Czege, 2006: 3). Para atingir este desígnio, a organização das forças assentou na modularização, materializada na criação de Brigadas de Combate



apoiadas por módulos de apoio de combate e de serviços provenientes das Brigadas Modulares de Apoio (TRADOC, 2008: C-6 a C-12).

Com os actuais conflitos, a problemática da validade ou compressão dos níveis da guerra, mantém-se. Vários autores consideram a Arte Operacional a grande responsável por no planeamento de campanhas, como no caso do Iraque em 2003, apesar apenas a dimensão militar, dificultando a articulação dos restantes instrumentos do poder do Estado.

Em relação ao tipo de abordagem à condução das operações, a ideia de aplicar o instrumento militar para obter uma vitória rápida, dentro da óptica *manoverista*, pode ser a expressão da forma de como os EUA queriam combater e não da realidade que realmente enfrentam (Scales, 2008: 114). Este facto ocorre porque “os EUA, historicamente, têm desprezado a sua doutrina focada na manobra e tem combatido as suas guerras baseadas nos fogos e na destruição” (Degen, 2009: 22).

“Uma lição do Afeganistão, reforçada pela intervenção no Iraque em 2003, é a de que vencer a guerra convencional, ou seja, derrotar as forças convencionais inimigas, não chega. É necessário assegurar a paz no pós - conflito para que a vitória convencional tenha algum sentido” (Tuck, 2008: 116). Cada vez mais tem surgido a necessidade de integrar, no terreno, os restantes instrumentos do poder do Estado. Para que esta integração seja possível é necessário ao instrumento militar conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável. Dentro do instrumento militar, só o Poder Terrestre consegue cumprir estas tarefas (Degen, 2009: 6 a 7).

Tal como no período anterior, as forças terrestres foram necessárias para materializar a derrota do inimigo e atingir o estado final pretendido, assumindo-se o Poder Terrestre como o poder decisivo. No entanto, para além da rápida derrota militar das forças convencionais inimigas, o Poder Terrestre continua a ter dificuldades em controlar as populações, bem como em estabelecer um ambiente seguro e estável face a ameaças assimétricas. A prova dada é a continuação, até ao presente, dos TO do Iraque e Afeganistão.

(4) Síntese Conclusiva

Este subcapítulo visou responder à QD 1 – “Como evoluiu o Poder Terrestre dos EUA desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”. Para cumprir tal desiderato, apresenta-se, em seguida, o resumo da evolução ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.

No balanceamento entre fogos e manobra, o Poder Terrestre dos EUA, em todos os conflitos ao longo do período em análise, deu primazia aos primeiros. Esta escolha tem sido feita para atingir resultados positivos com o menor número de baixas possível. Apesar



de esta abordagem reduzir as baixas derivadas do combate próximo, confere ao inimigo a capacidade de adaptação, permitindo-lhe contrariar os efeitos dos fogos.

A vitória esmagadora na Guerra do Golfo levou a que se passasse a encarar uma Revolução nos Assuntos Militares em curso. Esta ideia continuou até ao Kosovo, onde a experiência americana sugeriu que o balanço entre fogos e manobra continuará, também, a depender da natureza do inimigo e do terreno. Os conflitos actuais do Afeganistão e Iraque, novamente devido à capacidade adaptativa do inimigo, demonstraram que os fogos e a tecnologia de informação não são a derradeira panaceia, obrigando os EUA a deslocarem a sua prioridade para a manobra.

Na capacidade de projecção, os EUA têm-se debatido com o balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Após a Guerra Fria, os EUA iniciaram um processo de transformação de forças desenhadas para o pré - posicionamento para forças facilmente projectáveis. Esta transformação assenta actualmente na modularização, materializada na criação de Brigadas de Combate apoiadas por módulos de apoio de combate e de serviços provenientes das Brigadas Modulares de Apoio.

A ausência do nível operacional, nos níveis da guerra, fez com que os EUA mantivessem, até à reforma da década de 1980, um dualismo Estratégia – Tática. Só com a introdução da doutrina *AirLand Battle*, os EUA adoptaram oficialmente o nível operacional da guerra. Paralelamente, foi introduzida uma abordagem *manoverista* da condução das operações. No entanto, a abordagem *manoverista* tem sido mais uma declaração de intenções do que propriamente uma realidade. Com excepções, como a condução da Guerra do Golfo em 1991, ao nível operacional, os EUA têm desprezado a sua doutrina, conduzindo as suas campanhas baseados na destruição sistemática do inimigo.

No pós - Guerra Fria, as munições guiadas de precisão, as capacidades avançadas de ISTAR, a tecnologia *stealth* e a digitalização do C2, provocaram o debate da compressão dos três níveis da guerra. Outros argumentos dos defensores do regresso ao dualismo Tática – Estratégia têm sido a revolução da informação e a necessidade de integração dos instrumentos não militares do poder do Estado. No entanto, os EUA mantêm, na sua doutrina e aplicação prática, os três níveis da guerra.

Na variável comportamento ao longo do espectro das operações militares, o Poder Terrestre tem atingido melhores resultados nas guerras em que o inimigo a derrotar é constituído por forças convencionais, do que quando é necessário conquistar a população, ou o inimigo combate no seu seio. Outro aspecto do papel do Poder Terrestre é a



necessidade de forças terrestres para obter a vitória, apesar do sucesso das campanhas aéreas e do uso massivo dos fogos. Mas, derrotar as forças convencionais inimigas não chega. Para que a vitória convencional seja materializada é necessário assegurar a segurança e estabilidade no TO. Nesta óptica, nos últimos anos tem-se acentuado a necessidade de, no terreno, integrar os restantes instrumentos do poder do Estado para além do militar. Para tal é necessário ao instrumento militar conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável. Dentro do instrumento militar, só o Poder Terrestre tem conseguido cumprir estas tarefas.

b. URSS/Rússia

(1) Guerra Fria

No período da Guerra Fria a URSS centrou-se, ao nível militar, num possível confronto com a OTAN no TO europeu. Paralelamente a este teatro, a URSS envolveu-se na Guerra do Afeganistão.

No balanceamento entre fogos e manobra, os soviéticos tiveram duas posturas em relação ao TO europeu. Desde o advento da arma nuclear até à década de 1960, a manobra era vista como auxiliar dos fogos. “As grandes formações de carros de combate avançariam protegidas por uma carpete nuclear e química, sendo quase nula a necessidade em manobrar e combater” (Simpkin, 1985: 43). A partir da década de 1960, apesar de os soviéticos continuarem a contar com fogos massivos, estes passam a ser vistos como apoiantes da manobra. O sucesso para derrotar as forças terrestres da OTAN passava, na perspectiva soviética, novamente a assentar na manobra. Este equilíbrio encontrado entre fogos e manobra irá permanecer até ao final da Guerra Fria, mas apenas no TO europeu.

Na Guerra do Afeganistão, uma guerra limitada para os soviéticos, a abordagem em termos de fogos e manobra inverteu-se. Esta inversão ocorreu num cenário em que o terreno e o inimigo não permitiam uma aplicação directa da doutrina adaptada a um confronto de grandes Exércitos convencionais.

Para retirar o apoio da população aos Mujahideen, os soviéticos optaram pela coacção. O método e armas utilizados, como a deliberada destruição de povoações, os bombardeamentos aéreos de altitude, o uso de *napalm* e de bombas de fragmentação, testemunham a intenção de aterrorizar a população afegã (Cassidy, 2003: 14). Este aspecto revela a ênfase colocada nos fogos, mas, acima de tudo, denota uma nítida abordagem *atricionista* ao problema da contra - subversão. Considerando que a população era, certamente, um centro de gravidade para os Mujahideen, os soviéticos não optaram pela abordagem *manoverista*, que seria deslocalizar a ameaça em relação à população,



recorrendo a uma política de conquista dessa mesma população. Mas, à medida que a guerra se prolongava no tempo, mais os soviéticos recorriam à Artilharia e Poder Aéreo para limitar as suas baixas, o que também aumentava proporcionalmente as baixas civis, provocando um incremento do apoio da população aos Mujahideen e tornando a sua resistência mais organizada e eficaz (Cassidy, 2003: 21). A Guerra do Afeganistão era uma guerra que requeria, essencialmente, manobra. No entanto, os soviéticos revelaram sempre uma intenção de executar a sua permuta por fogos.

No período da Guerra Fria, na variável projecção, as forças soviéticas tinham uma postura de pré - posicionamento. No entanto, a URSS introduziu, na década de 1960, o conceito de *aeromecanização*. “Os soviéticos criaram este tipo de forças como parte da sua doutrina de nível operacional, com o intuito de ultrapassar verticalmente as zonas de impacto, nos primeiros escalões inimigos, das armas nucleares táticas, e, desta forma, manobrar na retaguarda do dispositivo defensivo da OTAN” (Grange, et al., 2002: 82). Apesar da sua vocação de nível operacional, estas forças tiveram impacto na capacidade de projecção de forças terrestres soviéticas.

Na intervenção soviética na Checoslováquia, em 1968, as forças *aeromecanizadas* foram projectadas para os principais aeródromos e rapidamente controlaram os quartéis, pontes, centros de comunicação e edifícios governamentais, antes ainda da chegada das restantes forças terrestres (Grange, et al., 2002: 82). Na Guerra do Afeganistão, os soviéticos utilizaram as suas forças *aeromecanizadas* para controlar a capital Cabul e preparar a invasão. “O uso inicial das forças *aeromecanizadas* foi brilhantemente executado. Liderando a invasão...os aeródromos, edifícios governamentais e os principais governantes foram controlados em poucas horas” (Grange, et al., 2002: 87). Podemos, então, concluir que as forças *aeromecanizadas*, embora desenhadas para a manobra operacional, foram utilizadas com sucesso no início das intervenções militares, devido à sua boa mobilidade estratégica e valor combativo credível.

Na doutrina soviética, após o gradual retomar da Arte Operacional entre 1943 e 1945, abandonada de forma abrupta devido às purgas estalinistas, o modelo soviético da guerra, ao nível operacional, continuou a desenvolver-se com teorizadores como Nikolai Ogarkov e Makhmut Gareev. Na década de 1970, a doutrina soviética amadureceu para a batalha Terra – Ar, um conceito que preconizava o combate em toda a profundidade do dispositivo inimigo (Cassidy, 2003: 11). Em vez de uma abordagem *atricionista* às operações no TO europeu, que assentasse numa destruição sequencial das forças da OTAN, os soviéticos privilegiavam uma abordagem *manoverista*, procurando retirar a



coesão às forças da OTAN vistas como um sistema. A doutrina ao nível operacional determinava a conjugação das acções do primeiro escalão no combate próximo, dos Grupos de Manobra Operacional penetrando na profundidade do dispositivo adversário e dos envoltivos verticais na retaguarda do inimigo (Tuck, 2008: 97). A execução destes conceitos só era possível com a orquestração, no nível operacional, das acções tácticas.

Durante o período da Guerra Fria, o Poder Terrestre era considerado pelos soviéticos como o poder decisivo, pois só ele conseguiria materializar a derrota das forças da OTAN no TO europeu. A excepção a este pensamento foi o período de tempo, já referido, em que a URSS via na arma nuclear a panaceia para a vitória (Simpkin, 1985: 43 a 44).

Na Guerra do Afeganistão, o Poder Terrestre soviético foi testado na realidade. O Exército optou por dar ênfase aos fogos no seu balanceamento com a manobra. Adoptou, também, uma abordagem *atricionista* às operações que conduziu. Apesar do insucesso destas opções, o papel decisivo coube ao Poder Terrestre, inclusive pela reduzida eficácia do Poder Aéreo. Neste conflito, os fogos soviéticos, principalmente os aéreos, foram contrariados pelos Mujahideen, através de uma dupla via de mitigação da superioridade inimiga. Uma das vias foi tecnológica, “com a introdução do míssil antiaéreo *Stinger*” (Cassidy, 2003: 21). A restante via foi adaptativa, recorrendo ao terreno montanhoso e à actuação no seio da população.

(2) Pós - Guerra Fria

Após a implosão da URSS, a Rússia, maior herdeira do seu instrumento militar, envolveu-se por duas vezes em conflitos na Chechénia, entre 1994 e 1995 e entre 1999 e 2000. Em 2008, interveio na Geórgia.

Nas campanhas da Chechénia, a experiência russa demonstrou que um terreno complexo, como as áreas urbanas, dificulta muito a aplicação dos fogos, principalmente os indirectos e aéreos. Os chechenos, ao atraírem os russos para um combate em áreas urbanas, procuraram um confronto onde a manobra, neste caso através da Infantaria apeada, se sobrepusesse aos fogos. Este tipo de combate retirava a superioridade tecnológica às forças russas e igualava o potencial de combate de ambos. Os chechenos chegaram mesmo a utilizar a tecnologia russa em seu proveito. Ao atrair o fogo indirecto e aéreo sobre si, quando misturados no seio da população, levavam os russos a provocar danos colaterais. Estes danos aproximavam, ainda mais, a população do movimento separatista, facilitando o recrutamento para o lado checheno. Como agravante, e,



principalmente, na campanha de 1994 – 1995, a Artilharia era encarada como sendo quase substituída da Infantaria (Cassidy, 2003: 23 a 24).

Na Guerra da Geórgia, o Exército russo deu primazia inicial à manobra, de forma a controlar rapidamente os principais sistemas rodoviários e ferroviários, bem como os aeródromos e bases militares na zona da intervenção. No final do conflito, e ao contrário da Chechénia, os russos tiveram mais eficácia na sua utilização dos fogos. Contra as unidades do Exército georgiano, “os sistemas lança foguetes múltiplos, em conjugação com a Força Aérea russa, infligiram perdas consideráveis nas forças georgianas, levando-as à desmoralização e posterior retirada” (Mc Dermott, 2009: 66).

Em relação à variável projecção, o Estado-Maior das Forças Armadas Russas, estudando a Guerra do Golfo de 1991, concluiu que a solução para a intervenção nos conflitos regionais do final do século XX era uma abordagem baseada na ofensiva, a qual requeria forças com grande mobilidade nos três níveis da guerra. Para a consecução desta abordagem, o Ministro da Defesa Russo, General Grachev, adoptou, em 1992, o conceito de Força Móvel (Cassidy, 2003: 12). Este conceito, ao melhorar a mobilidade estratégica, reflecte uma preocupação com a capacidade de projecção das forças terrestres russas.

Nas campanhas da Chechénia e da Geórgia, a capacidade de projecção é dificilmente avaliada, pois foram intervenções, ou no próprio território, ou em território contíguo, utilizando, maioritariamente, a via terrestre. Mc Dermott (2009: 66) afirma que, na Guerra da Geórgia, “a capacidade de mobilidade estratégica russa foi superior à demonstrada em conflitos anteriores”. No entanto, não podemos afirmar que esta melhoria tenha decorrido de alterações genéticas nas forças terrestres, mas sim de factores como a capacidade de transporte aéreo estratégico, o C2 e, claro, a contiguidade dos territórios georgiano e russo. Aliás, uma das lições aprendidas pelo Exército Russo na Geórgia é “a proposta de passar as forças terrestres de uma base assente no escalão Divisão, como escalão mais elevado de constituição fixa, para o escalão Brigada” (Mc Dermott, 2009: 66), numa tentativa de criar uma base de unidades mais flexível e facilmente projectável.

Nos níveis da guerra, também na Rússia se discutiu a validade da sua divisão. Nesta problemática, o teorizador militar russo, General Gareev, rejeita o fim dos três níveis, reconhecendo que o carácter da guerra pode ser alterado, mas continuando a acreditar que os três níveis irão manter o seu valor intrínseco. O militar russo afirma que, embora o nível mais alto de C2 tenha hoje em dia meios poderosos de influenciar directamente as batalhas, a Estratégia, a Arte Operacional e a Tática vão manter a sua importância (Gareev, 1998 *apud* Evans, 2004: 74 a 75). Nesta linha de pensamento encontra-se uma das lições



aprendidas pelos russos na Guerra da Geórgia. Os relatórios da campanha indicam que os militares georgianos combateram bem, mas de forma caótica ao nível da sincronização das acções tácticas, ao contrário das forças russas que tiveram boas prestações, principalmente, ao nível estratégico e operacional (Bukkvoll, 2009: 58).

Na Chechénia, a primazia dos fogos, em detrimento da manobra, impediu os russos de deslocalizarem o movimento separatista em relação à população, o que seria uma aproximação *manoverista* à contra - subversão. “Em vez de conquistarem a população, os russos tentaram exterminá-la com Artilharia” (Cassidy, 2003: 24). Este facto, aliado à procura de aniquilação dos separatistas, leva-nos a concluir que os russos seguiram uma abordagem *atricionista*. Na Guerra da Geórgia, a par da eficiência do nível operacional, esteve a abordagem *manoverista*, tentando a deslocalização posicional das forças georgianas, mais do que a sua destruição sequencial, através do controlo rápido das principais linhas de comunicação (Mc Dermott, 2009: 66).

Analisando o papel do Poder Terrestre nos dois conflitos abordados, as forças terrestres foram as únicas capazes de materializar a derrota do inimigo. Na Chechénia, só as forças terrestres conseguiram controlar a capital Grozni. Na Geórgia, só o Poder Terrestre poderia atingir o estado final pretendido, o controlo da Ossétia do Sul e da Abecásia. Mas, se no segundo caso, a derrota das forças georgianas e o posterior controlo de território, onde a população era favorável, foram objectivos atingidos em pleno, na Chechénia o Poder Terrestre mostrou não conseguir conquistar a população. A ênfase colocada nos fogos, não só não conseguiu derrotar os Chechenos, devido à sua capacidade adaptativa, como teve, também, um efeito alienador na população.

(3) Síntese Conclusiva

Este subcapítulo visou responder à QD 2 – “Como evoluiu o Poder Terrestre na URSS/Rússia desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”. Para tal, é apresentado o resumo da evolução ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.

No período da Guerra Fria, as forças terrestres soviéticas encaravam a manobra como a chave para o sucesso na derrota das forças terrestres da OTAN. Foi excepção o período até à década de 1960, em que a arma nuclear era considerada como a panaceia para o conflito no TO europeu. Na Guerra do Afeganistão, o balanceamento entre fogos e manobra inverteu-se em relação ao teatro europeu. Os soviéticos recorreram à Artilharia e ao Poder Aéreo, em detrimento da manobra, para tentar limitar as suas baixas. No entanto, esta opção aumentou as baixas civis, provocando um maior apoio da população aos Mujahideen e tornando a sua resistência mais organizada e eficaz.



Após a implosão da URSS, a Rússia, foi a maior herdeira do seu instrumento militar. Em ambas as intervenções na Chechénia, a experiência russa demonstrou que um terreno complexo, como as áreas urbanas, dificulta a aplicação dos fogos, principalmente, os indirectos e aéreos. Além da dificuldade de aplicação, os danos colaterais provocados aproximaram, mais uma vez, a população do inimigo. Na Guerra da Geórgia, uma campanha em que o inimigo era composto por forças convencionais, o Exército russo deu primazia inicial à manobra. Com a evolução do conflito, o balanceamento fogos – manobra foi-se deslocando para os fogos, numa espécie de exploração das vantagens obtidas pela manobra.

Na variável projecção, durante o período da Guerra Fria, as forças soviéticas tinham uma postura de pré - posicionamento. Apesar desta postura, as forças *aeromecanizadas* foram utilizadas com sucesso no início das intervenções militares, devido à sua boa mobilidade estratégica e valor combativo credível. Após a análise da Guerra do Golfo de 1991 foi adoptado o conceito de Força Móvel. Este conceito, ao melhorar a mobilidade estratégica, reflecte uma preocupação com a capacidade de projecção das forças terrestres russas. Concorrente para este propósito está a proposta de passar do escalão Divisão para o escalão Brigada, como escalão mais elevado de constituição fixa.

Na Guerra Fria, a partir do fim da década de 1960, a doutrina soviética deu novamente ênfase à Arte Operacional e ao nível operacional da Guerra. No pós - Guerra Fria, apesar da discussão sobre a validade dos três níveis da guerra, o seu valor intrínseco foi reafirmado, quer teórica quer empiricamente.

O tipo de abordagem à condução das operações tem tido duas linhas de conduta. No TO europeu da Guerra Fria e na Geórgia a abordagem foi maioritariamente *manoverista*. Quando o inimigo empregou uma abordagem assimétrica e operou no seio da população, casos do Afeganistão e Chechénia, a opção foi pela atrição.

Durante a Guerra Fria, com excepção do período em que a URSS via a arma nuclear como a panaceia para a vitória, o Poder Terrestre era considerado pelos soviéticos, como o poder decisivo, pois só ele conseguiria materializar a derrota das forças da OTAN no TO europeu. Na Guerra do Afeganistão, a pouca eficiência do Poder Terrestre, apesar de continuar poder decisivo, deveu-se à preponderância dos fogos em relação à manobra, que, além de eficazmente contrariados pelos Mujahideen, conduziram, pelo seu uso indiscriminado, à alienação da população. As mesmas razões são apontadas para a má prestação na Chechénia. Em suma, o Poder Terrestre mostrou maior aptidão para



materializar a derrota de inimigos convencionais e simétricos do que para derrotar uma ameaça assimétrica, ou conquistar a população.

c. China

A evolução do Poder Terrestre chinês, desde o final da 2ª Guerra Mundial, tem dois períodos distintos. Até 1979, através de conflitos com a Guerra da Coreia, a Guerra Sino - Indiana e a Guerra Sino - Vietnamita, o ELP foi assimilando as suas próprias experiências de guerra. Após 1979, o ELP voltou-se para a observação das experiências de outros Exércitos nos conflitos modernos (Blasko, 2003: 61).

(1) Guerra Fria

O ELP, desde a Guerra Civil chinesa assentava sobretudo no homem e não na tecnologia. Nesta linha, no balanceamento entre fogos e manobra, a última tinha preponderância, tentando contrariar a supremacia dos fogos adversários ao seguir os princípios do movimento rápido, da camuflagem, da decepção e da surpresa.

Na Guerra da Coreia, as forças terrestres chinesas operaram num campo de batalha dominado pela supremacia dos fogos adversários. Neste ambiente, a ofensiva chinesa a Sul do Rio Han foi travada, após o sucesso inicial, pelos fogos do inimigo (Scales, 2003: 47). Após a estabilização da frente, as forças da ONU, lideradas pelos EUA, procuraram adoptar uma postura de patrulhamento activa para estabelecer o contacto, fixar e destruir, através dos fogos, as forças do ELP.

No período inicial da guerra, o ELP esqueceu as lições da Guerra Civil chinesa e, ao manobrar com grandes formações em terreno aberto, subestimou a capacidade destrutiva do fogo da Artilharia e Poder Aéreo da ONU, sofrendo pesadas baixas. Para contrariar esta inferioridade, o ELP seguiu medidas adaptativas, mas continuando a favorecer a manobra. As forças do ELP passaram a movimentar-se em pequenos grupos e a concentrar-se apenas antes do ataque, tirando o máximo partido da cobertura do terreno e dos períodos de visibilidade reduzida (Scales, 2003: 48 a 49). A aplicação de uma manobra adaptativa por parte do ELP fez com que o balanceamento fogos – manobra da ONU, demasiado deslocado para os fogos, se tornasse ineficaz. Este factor conduziu a uma paralisia ao nível operacional.

Na Guerra Sino - Indiana, o combate decorreu em terreno bastante montanhoso, não sendo propício à manobra de grandes efectivos. O Exército indiano optou por uma postura estática, através de várias posições de combate em pontos dominantes. O ELP, cuja missão inicial era restabelecer a fronteira, necessitava de passar à ofensiva. “Evitando os fogos indianos e procurando a surpresa, o ELP manobrava através de pequenas unidades



que convergiam para assaltar cada posição indiana” (Wortzel, 2003: 346). Os fogos eram vistos como parte integrante da manobra, servindo a Artilharia apenas de elemento facilitador dos assaltos de Infantaria (Wortzel, 2003: 340).

Na Guerra Sino - Vietnamita, a China tinha como objectivos de campanha a conquista de três capitais de Distrito, numa acção ofensiva punitiva pela interferência vietnamita no Cambodja. Nesta campanha, o ELP beneficiou a manobra em relação aos fogos. Ao nível do TO, a manobra foi quase o único elemento existente e, mesmo no nível tático, em cada empenhamento “a Artilharia chinesa foi ineficaz, não conseguindo a articulação entre o apoio de fogos e a Infantaria” (Corbett Jr., O’Dowd, 2003: 355).

O ELP aprendeu na Guerra da Coreia a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto. Na sequência, os chineses iniciaram um processo de aquisição de grandes quantidades de meios de Artilharia, processo que durará até ao final do século XX (Blasko, 2003: 69).

Na variável projecção, até à mudança ocorrida entre 1980 e 1990, para a Guerra Local, a doutrina da Guerra do Povo focalizava-se na defesa do território chinês, não fazendo esta capacidade parte das preocupações chinesas.

Na Guerra da Coreia, a abordagem à forma de conduzir a guerra pelo ELP foi *atricionista*, visando a aniquilação sistemática das unidades inimigas (Tkacik Jr., 2003: 295). Nos dois últimos conflitos, a abordagem à forma de conduzir as operações foi, uma vez mais, *atricionista*, procurando a conquista sistemática das posições ocupadas pelos indianos e vietnamitas, até chegar aos objectivos finais da campanha.

Quanto aos níveis da guerra adoptados pelas forças chinesas, nas Guerras da Coreia e Sino - Indiana, o envolvimento directo de Mao Tse Tung na condução das operações, embora à distância, denota uma ligação directa entre o nível estratégico e o tático. A mesma relação directa entre os dois níveis foi demonstrada na Guerra Sino - Vietnamita.

Na doutrina da Guerra do Povo, o ELP era o ramo apoiado, sendo o Poder Terrestre o poder decisivo. Na Guerra da Coreia, a paralisia ao nível operacional, conseguida pelo Poder Terrestre chinês, levou à vitória no nível estratégico, já que o factor tempo estava do seu lado. O ELP conseguiu repor a fronteira do Paralelo 38 na ofensiva inicial e, posteriormente, manter as suas posições. O Poder Terrestre foi o poder decisivo e conseguiu atingir o estado final pretendido, mesmo contra um inimigo tecnologicamente dominante. Este conflito demonstrou que a superioridade tecnológica não é o garante da vitória, sobretudo quando um adversário está disposto a aceitar um elevado número de baixas e demonstra uma boa capacidade adaptativa. Um caso idêntico passou-se na Guerra



Sino - Indiana. Na Guerra Sino - Vietnamita, uma campanha de cerca de um mês, a rápida vitória sobre o Exército vietnamita foi conseguida através dos assaltos sucessivos de Infantaria, onde o apoio do Poder Aéreo foi insignificante. Neste conflito entre forças convencionais simétricas, o Poder Terrestre foi, novamente, decisivo.

(2) Pós - Guerra Fria

No período pós - Guerra Fria, o ELP, não tendo tido experiência operacional, limitou-se a acompanhar os conflitos internacionais e a incorporar as lições aprendidas de outros Exércitos.

Uma mudança marcante ocorreu em relação ao balanceamento entre fogos e manobra, no sentido da melhoria da capacidade dos primeiros. No entanto, dadas as suas vulnerabilidades tecnológicas, assimiladas especialmente com a campanha da OTAN no Kosovo, o ELP conserva os princípios da manobra do tempo da Guerra Civil e da Coreia, o movimento rápido, a camuflagem, a decepção e a surpresa. Estes princípios ganharam relevância como forma de contrariar o Poder Aéreo, em especial, a tecnologia de precisão (Blasko, 2003: 66). A par desta preocupação, o ELP tem investido na passagem de um Exército de massas para uma força de base tecnológica avançada (Blasko, 2003: 74)

Com a mudança para a doutrina da Guerra Local, entre 1980 e 1990, mas principalmente depois desta data, algumas unidades têm vindo a reduzir o seu tamanho, tornando-se mais móveis e adoptando, a título permanente, uma estrutura de armas combinadas, demonstrando uma nítida preocupação com a capacidade de projecção (Blasko, 2003: 68). O ELP iniciou uma progressiva conversão das Divisões de Carros de Combate em Brigadas Blindadas, dando relevância à mobilidade estratégica, diminuindo o peso das unidades, e, em simultâneo, aumentando o valor combativo através da estrutura permanente de armas combinadas. Outra tendência actual do ELP é a criação de unidades anfíbias projectáveis pela Marinha (Blasko, 2003: 77). Dada a dificuldade em implementar estas mudanças no maior Exército do mundo, o ELP passou a admitir o conceito de Exército a duas velocidades. Enquanto a maioria das unidades continuam centradas na defesa do território, numa postura de pré - posicionamento, novas unidades de reacção rápida são criadas, tendo em vista a sua possível projecção (Blasko, 2003: 75).

(3) Síntese Conclusiva

Este subcapítulo visou responder à QD 3 – “Como evoluiu o Poder Terrestre na China desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”. De seguida, visando obter essa resposta, é apresentado o resumo da evolução ocorrida nas diversas variáveis do nosso modelo de análise.



Desde o seu início, na Guerra Civil chinesa, que o ELP deu primazia à manobra, no balanceamento entre esta e os fogos. Na Guerra da Coreia, as forças terrestres chinesas operaram num campo de batalha dominado pela supremacia dos fogos adversários. No período inicial deste conflito, o ELP, ao manobrar em grandes formações em terreno aberto, subestimou a capacidade destrutiva do fogo da Artilharia e Poder Aéreo da ONU, sofrendo pesadas baixas. A transição para uma manobra adaptativa por parte do ELP fez com que o balanceamento entre fogos e manobra da ONU, demasiado deslocado para os fogos, se tornasse ineficaz. Nas Guerras Sino - Indiana e Sino - Vietnamita o ELP manteve a mesma postura neste balanceamento. Sobretudo na Guerra da Coreia, o ELP aprendeu a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto. Os chineses, desde então, iniciaram um processo de aquisição de grandes quantidades de meios de Artilharia, processo que durará até ao final do século XX.

Na variável projecção, a doutrina da Guerra do Povo focalizava-se na defesa do território, não fazendo esta capacidade parte das preocupações chinesas. Com a mudança para a doutrina da Guerra Local, entre 1980 e 1990, algumas unidades reduzem o seu tamanho, tornam-se mais móveis e adoptam uma estrutura permanente de armas combinadas. O ELP está, nesta linha, a efectuar uma progressiva conversão de Divisões de Carros de Combate em Brigadas Blindadas, dando relevância à projecção através do aumento da mobilidade estratégica em harmonia com a melhoria do valor combativo da força.

Nos três conflitos estudados, a abordagem do ELP à forma de conduzir as operações foi *atricionista*, visando a aniquilação sistemática das unidades inimigas. Em relação aos níveis da guerra adoptados pelo ELP, verificou-se, como elemento transversal aos três conflitos, uma ligação directa entre o nível estratégico e o tático.

Nas Guerras Sino - Indiana e Sino - Vietnamita, conflitos entre adversários simétricos, o Poder Terrestre foi decisivo. Na Guerra da Coreia, a paralisia ao nível operacional, conseguida pelo Poder Terrestre chinês, levou à vitória no nível estratégico, assegurando a capacidade de negociação para a reposição da fronteira do Paralelo 38.



4. Comparação da evolução do Poder Terrestre nos três Estados

Após o estudo isolado da evolução do Poder Terrestre de cada um dos actores, pretendemos, agora, numa primeira fase, compará-las com o intuito de determinar os seus pontos de convergência e divergência. Esta comparação obtém a resposta à QD 4 – “Quais os pontos de convergência e divergência da evolução do Poder Terrestre nos três Estados analisados?”.

No balanceamento entre fogos e manobra, a abordagem dos EUA e da URSS/Rússia foi quase idêntica. Nas guerras limitadas, os dois actores deslocaram o balanceamento para o lado dos fogos, numa tentativa de, contra adversários tecnologicamente menos desenvolvidos, atingirem resultados positivos com o menor número de baixas possível. Apesar de esta abordagem limitar as baixas derivadas do combate próximo, proporciona ao inimigo a capacidade de adaptação, permitindo-lhe contrariar os efeitos dos fogos. Simultaneamente, comporta o risco acrescido de alienação da população devido aos danos colaterais. Na Guerra da Geórgia, contra um adversário convencional, os russos voltaram a balancear equilibradamente os fogos e a manobra. A China, actor que ainda não atingiu o avanço tecnológico militar dos outros dois, tem dado primazia à manobra. Utilizou esta abordagem contra adversários que tinham superioridade nos fogos, através de uma manobra adaptativa, como na Coreia, e também contra adversários simétricos, como a Índia e o Vietname. No entanto, o ELP, por ter aprendido a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto, tem vindo a obter grande número de meios e tecnologia de apoio de fogos. Actualmente, os EUA deslocam a sua prioridade para a manobra quando têm de conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável, casos do Afeganistão e do Iraque.

Na capacidade de projecção, os EUA têm-se debatido com o balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Embora a URSS/Rússia se tenha deparado com o mesmo problema, tem projectado, com sucesso, as suas forças *aeromecanizadas*, devido à sua boa mobilidade estratégica conjugada com um elevado valor combativo. Desde o final da Guerra Fria que se assiste, nos três actores, à passagem de forças desenhadas para o pré - posicionamento para forças facilmente projectáveis. Para cumprir este desígnio, em todos os actores se constata uma tendência de passagem do escalão Divisão para Brigada, como escalão mais elevado de constituição fixa. Em paralelo, existe uma tendência para a redução do peso das unidades e para a aplicação, a mais baixos escalões, de uma estrutura permanente de armas combinadas.



Em relação aos níveis da guerra adoptados pelos actores, os EUA e URSS/Rússia, embora com uma diferença temporal de quase 40 anos, acabaram por estar em sintonia na adopção dos níveis estratégico, operacional e tático, enquanto a China tem mantido uma ligação directa entre o nível estratégico e o tático. Desde o fim da Guerra Fria que se tem assistido, quer nos EUA quer na Rússia, a um debate sobre a validade ou compressão dos níveis da guerra, embora ambos os actores mantenham os seus três níveis.

No tipo de abordagem à condução das operações, a China optou sempre pela atrição nas três guerras que conduziu. Os EUA e URSS/Rússia alternaram as suas formas de abordagem de acordo com o tipo de inimigo que enfrentavam. Quando o inimigo empregou uma abordagem assimétrica e operou no seio da população, a abordagem foi *atricionista*. No TO europeu da Guerra Fria, ou em guerras limitadas perante forças convencionais, a abordagem foi, maioritariamente, *manoverista*. No caso específico dos EUA, a abordagem *manoverista* só se materializou na sua doutrina após a adopção do nível operacional.

Na variável comportamento ao longo do espectro das operações militares, o Poder Terrestre tem sido o poder decisivo nos três actores analisados. No entanto, nos EUA e URSS/Rússia, potências militares com grande avanço tecnológico, houve períodos em que os fogos, baseados na arma nuclear ou no Poder Aéreo, foram considerados a solução para a vitória. Quer por mudança de doutrina, no caso soviético, quer por prova empírica, no caso dos EUA, o Poder Terrestre voltou a ser encarado como o poder decisivo.

Quanto à relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Poder Terrestre tem tido comportamentos diferenciados. Na materialização da derrota de forças convencionais, o Poder Terrestre dos três actores tem atingido plenamente o estado final pretendido. Quando o inimigo defrontado combate no seio da população e se comporta como uma ameaça assimétrica, o instrumento militar e, em particular, o Poder Terrestre, tem necessidade de conquistar essa mesma população. O propósito desta acção é deslocalizar o inimigo em relação à sua potencial base de apoio, a população. O Poder Terrestre dos EUA e URSS/Rússia, quando confrontado com este tipo de inimigo, tem tido, em comparação com o cenário convencional, maior dificuldade em atingir o estado final pretendido. No entanto, o Poder Terrestre é o único, dentro do instrumento militar, a poder almejar conquistar população ou estabelecer um ambiente seguro e estável.

A partir da comparação até aqui efectuada podem estabelecer-se padrões de continuidade e descontinuidade das características do Poder Terrestre, dando resposta à



QD 5 – “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade no Poder Terrestre durante o período analisado?”.

Da análise do balanceamento entre fogos e manobra, constatamos uma tendência para, sempre que um dos contendores possui superioridade tecnológica, existir a tentação de dominar o campo de batalha através dos fogos. Quando, numa guerra limitada, uma potência militar se vê perante uma paralisia operacional, dada a pouca eficiência da sua opção pela primazia dos fogos, têm predominado duas alternativas. Ou o regresso, no mínimo, ao equilíbrio entre fogos e manobra, ou a derrota ao nível estratégico. Do lado oposto, quem não tem capacidade de domínio pelos fogos, ou combate contra um adversário que a possui, tende a dar primazia à manobra, adoptando, no segundo caso, uma manobra adaptativa de forma a mitigar a superioridade do adversário.

Na variável projecção assistiu-se, no período em estudo, a uma descontinuidade nos três actores analisados. Quando a situação de ameaças externas ao território de cada um dos actores, ou respectivas alianças, está bem definida, existe a tendência para dar prioridade a forças desenhadas para o pré - posicionamento, podendo-se sacrificar a mobilidade estratégica na obtenção de um elevado valor combativo. Sempre que a ameaça se desvanece, ou se torna mais difusa, a capacidade de projecção ganha importância, sendo necessário aumentar a mobilidade estratégica mantendo um valor combativo equilibrado.

Os níveis da guerra adoptados por cada actor têm duas linhas de continuidade identificadas. A primeira linha relaciona a adopção de três níveis da guerra com uma abordagem *manoverista* da condução das operações. No entanto, esta abordagem tem-se observado apenas em conflitos entre forças convencionais. Quando as forças terrestres convencionais são confrontadas com uma ameaça assimétrica, a segunda linha de continuidade, a ênfase colocada nos fogos tem levado a uma abordagem *atricionista* da condução das operações. Só quando se começa a inverter o balanceamento entre fogos e manobra se consegue uma abordagem *manoverista*, deslocalizando a ameaça em relação à população.

A evolução do Poder Terrestre, na variável comportamento ao longo do espectro das operações militares, tem sido um elemento de continuidade. Em relação à importância da aplicação das forças terrestres no contexto do emprego conjunto do instrumento militar, o Poder Terrestre tem sido o poder decisivo. Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade de o atingir, o Poder Terrestre tem mais facilidade em derrotar forças convencionais, do que em conquistar a população, ou derrotar uma ameaça assimétrica.



5. Conclusões

a. Evolução do Poder Terrestre

A aplicação do instrumento militar, embora num paradigma conjunto, tem recorrido ao emprego de forças terrestres para obter os resultados pretendidos. Dado que o ser humano vive em terra, é neste meio que, maioritariamente, se conseguem atingir os objectivos traçados pela política. Cientes da importância do estudo da aplicação das forças terrestres, seleccionámos três actores estatais para analisar a evolução do seu Poder Terrestre. Os EUA e a URSS/Rússia são os herdeiros da Escola Continental do pensamento estratégico, referência incontornável desde o início do século XIX. Com a China, Estado possuidor do maior Exército ao nível mundial, procurámos obter uma visão mais global.

Antes do início do estudo da evolução do Poder Terrestre, efectuou-se uma revisão de literatura com o duplo intuito de determinar as variáveis para a construção do nosso modelo de análise e, simultaneamente, obter uma maior compreensão da aplicação das forças terrestres, do seu papel e das influências do meio onde actuam. Partindo da revisão de literatura, desenhámos o modelo de análise para a evolução do Poder Terrestre segundo duas dimensões. Na dimensão intrínseca, as variáveis escolhidas foram o balanceamento entre os fogos e a manobra, elementos do potencial de combate, a capacidade de projecção, os níveis da guerra adoptados e a abordagem à condução das operações, ambas dentro da doutrina. Na dimensão extrínseca utilizámos a variável comportamento ao longo do espectro das operações militares.

Desenhado o modelo de análise, iniciámos a investigação tendo em vista obter resposta para a Questão Central do TII – “Tendo em conta a evolução do Poder Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospectiva face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?” Como instrumento orientador da pesquisa enunciámos cinco QD.

No terceiro capítulo respondemos às três primeiras QD. No seu primeiro subcapítulo, dedicado aos EUA, obtivemos resposta à QD 1 – “Como evoluiu o Poder Terrestre nos EUA desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”. No balanceamento entre fogos e manobra, o Poder Terrestre dos EUA, em todos os conflitos do período em análise, deu primazia aos fogos, tentando atingir resultados positivos com o menor número de baixas possível. Apesar de esta abordagem limitar as baixas derivadas do combate próximo, dá ao inimigo a capacidade de adaptação, permitindo-lhe contrariar os efeitos dos fogos.

Na capacidade de projecção, os EUA têm-se debatido com o balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Após a Guerra Fria, os EUA



iniciaram um processo de transformação de forças pré - posicionadas para forças facilmente projectáveis.

Em relação aos níveis da guerra, os EUA mantiveram, até à reforma da década de 1980, apenas dois níveis: o estratégico e o tático. Com a implementação da doutrina *AirLand Battle*, os EUA adoptam o nível operacional da guerra e uma abordagem *manoverista* da condução das operações. No pós - Guerra Fria iniciou-se um debate sobre a validade dos três níveis.

No comportamento ao longo do espectro das operações militares, o Poder Terrestre tem sido o poder decisivo. No entanto, os melhores resultados têm sido alcançados nas guerras em que o inimigo emprega métodos convencionais, ao invés das situações em que o inimigo combate no seio da população e recorre a formas assimétricas de conduzir a guerra.

No subcapítulo dedicado à URSS /Rússia, obtivemos resposta à QD 2 – “Como evoluiu o Poder Terrestre na URSS/Rússia desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”. No período da Guerra Fria, a manobra era encarada como a chave para o sucesso na derrota da OTAN. Nas guerras limitadas, casos do Afeganistão e Chechénia, os soviéticos e russos recorreram aos fogos, em detrimento da manobra, para limitar as suas baixas. Na Guerra da Geórgia, uma campanha contra forças convencionais, o Exército russo deu primazia inicial à manobra, passando gradualmente para os fogos no final do conflito.

Na variável projecção, durante o período da Guerra Fria as forças soviéticas tinham uma postura de pré - posicionamento, utilizando, no entanto, forças *aeromecanizadas* com sucesso no início das intervenções militares, devido à sua boa mobilidade estratégica e valor combativo credível. Após a análise da Guerra do Golfo de 1991 foi adoptado o conceito de Força Móvel, melhorando a mobilidade estratégica.

Na Guerra Fria, a partir do fim da década de 1960, a doutrina soviética voltou novamente a dar ênfase à Arte Operacional e ao nível operacional da guerra. No pós - Guerra Fria, apesar de também na Rússia se ter discutido a validade dos três níveis da guerra, o seu valor intrínseco foi reafirmado. O tipo de abordagem à condução das operações teve duas linhas de conduta. No TO europeu da Guerra Fria e na Geórgia a abordagem foi maioritariamente *manoverista*. Quando o inimigo materializou uma ameaça assimétrica, como no Afeganistão e Chechénia, a opção foi *atricionista*.

Durante a Guerra Fria, com excepção do período em que a URSS via a arma nuclear como a panaceia para a vitória, o Poder Terrestre era considerado como o poder decisivo. Na Guerra do Afeganistão, a pouca eficiência do Poder Terrestre, apesar de poder



decisivo, deveu-se à preponderância dos fogos em relação à manobra, que, além de eficazmente contrariados pelos Mujahideen, conduziram à alienação da população pelo seu uso indiscriminado. As mesmas razões são válidas na Guerra da Chechénia.

No subcapítulo dedicado à China, obtivemos resposta à QD 3 – “Como evoluiu o Poder Terrestre na China desde o fim da 2ª Guerra Mundial?”. No balanceamento entre fogos e manobra, o ELP deu primazia à manobra desde a Guerra Civil chinesa. No entanto, logo na Guerra da Coreia, o ELP aprendeu a importância dos fogos quando o campo de batalha é aberto. Os chineses iniciaram aí um processo de aquisição de grandes quantidades de meios de Artilharia, processo que se manteve até ao final do século XX.

Na variável projecção, a doutrina da Guerra do Povo focalizava-se na defesa do território, não fazendo esta capacidade parte das preocupações chinesas. Com a mudança para a doutrina da Guerra Local, entre 1980 e 1990, algumas unidades reduzem o seu tamanho, tornam-se mais móveis e adoptam o princípio das armas combinadas.

Nos três conflitos em que o ELP interveio, a sua abordagem à forma de conduzir as operações, visando a aniquilação sistemática das unidades inimigas, foi *atricionista*. Em relação aos níveis da guerra adoptados nos três conflitos abordados, verificou-se uma ligação directa entre o nível estratégico e o tático.

Nas Guerras Sino - Indiana e Sino - Vietnamita, conflitos entre adversários simétricos, o Poder Terrestre foi decisivo. Na Guerra da Coreia, a paralisia ao nível operacional, conseguida pelo Poder Terrestre chinês, levou à vitória no nível estratégico.

No quarto capítulo efectuou-se uma comparação das três evoluções, tendo em vista obter a resposta à QD 4 – “Quais os pontos de convergência e divergência da evolução do Poder Terrestre nos três Estados analisados?”. No balanceamento entre fogos e manobra, a abordagem dos EUA e da URSS/Rússia foi quase idêntica. A China, actor que ainda não atingiu um igual avanço tecnológico militar, tem dado primazia à manobra.

Na capacidade de projecção, o cerne do problema centra-se no balanceamento entre a mobilidade estratégica de uma força e o seu valor combativo. Desde o final da Guerra Fria que se assiste, nos três actores, à passagem de forças desenhadas para o pré - posicionamento para forças facilmente projectáveis.

Em relação aos níveis da guerra adoptados pelos actores, os EUA e URSS/Rússia acabaram por estar em sintonia na adopção de três níveis: estratégico, operacional e tático. A China tem mantido apenas dois níveis: estratégico e tático. Na abordagem à condução das operações, a China optou pela atrição nas três guerras estudadas. Os EUA e URSS/Rússia alternaram as suas abordagens de acordo com o tipo de inimigo.



Na variável comportamento ao longo do espectro das operações militares, o Poder Terrestre tem sido o poder decisivo. Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Poder Terrestre tem atingido melhores resultados na derrota de forças convencionais, do que quando visa estabelecer um ambiente seguro e estável, necessitando de conquistar a população e derrotar ameaças assimétricas.

A partir desta comparação procurámos estabelecer os padrões de continuidade e descontinuidade das características do Poder Terrestre, dando resposta à QD 5 – “Quais os elementos de continuidade e descontinuidade no Poder Terrestre durante o período analisado?”. No balanceamento entre fogos e manobra verifica-se uma tendência para, sempre que um dos contendores possui superioridade tecnológica, existir a tentação de dominar o campo de batalha através dos fogos. Do lado oposto, quem não tem essa capacidade, ou combate contra um adversário que a possui, tende a dar primazia à manobra, adoptando, no segundo caso, uma manobra adaptativa que mitigue a superioridade do adversário.

Na variável projecção, quando a situação de ameaça externa a cada um dos actores, ou respectivas alianças, está bem definida, existe a tendência para dar prioridade ao pré - posicionamento. Sempre que esta se desvanece, ou se torna difusa, a capacidade de projecção ganha importância.

Os níveis da guerra adoptados evidenciaram duas linhas de continuidade. A primeira relaciona a adopção dos três níveis da guerra com uma abordagem *manoverista* da condução das operações em conflitos entre forças convencionais. Na segunda, quando as forças terrestres são confrontadas com uma ameaça assimétrica, a ênfase nos fogos tem levado a uma abordagem *atricionista* da condução das operações.

O comportamento ao longo do espectro das operações militares tem sido um elemento de continuidade. Na importância dentro do emprego do instrumento militar, o Poder Terrestre tem sido o poder decisivo. Na relação entre o estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Poder Terrestre tem tido mais facilidade em derrotar forças convencionais, do que em estabelecer um ambiente seguro e estável, conquistando a população e derrotando ameaças assimétricas.

b. Prospectiva do Poder Terrestre

(1) Tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional

A conflitualidade, principalmente no seu extremo mais violento, a guerra, pode ser analisada segundo duas dimensões, a sua natureza e o seu carácter. A natureza da guerra tem-se mantido imutável. Como afirmou Colin Gray (2005: 17), “a natureza da guerra no



século XXI é a mesma que no século XX, XIX, ou até no século V a.c.”. O carácter, basicamente ligado à forma como a guerra é conduzida, esse sim, é mutante ao longo do tempo, de acordo com as características do Sistema Internacional e do Ambiente Operacional.

O Ambiente Operacional é definido pelas características ambientais influenciadoras das intervenções armadas. Segundo a doutrina dos EUA para o Exército, as tendências que mais afectarão a conduta das operações são a globalização, a urbanização, a tecnologia, as mudanças demográficas, a luta por recursos, as alterações climáticas, as epidemias e pandemias, a proliferação de armas de destruição maciça e o aumento de Estados frágeis e falhados (TRADOC, 2008: 1-1). Pensamos ser oportuno esclarecer o impacto da globalização e da urbanização. Consideramos que a globalização tem três vertentes no seu impacto. Em primeiro lugar, provoca uma grande transparência nas operações militares⁷, dada a revolução da informação ao nível global. Em segundo, gera ela própria conflitos ao transmitir aos mais desfavorecidos o conforto e modo de vida dos mais ricos. Por último, a própria globalização, tende a aumentar a utilização das forças militares como resposta a crises humanitárias. O aumento das operações em zonas urbanas, para além da urbanização da população ao nível mundial, é o reflexo da preferência dos actores, que recorrem a formas de actuação assimétricas, pelas áreas urbanas, terreno complexo, onde se misturam com a população, abundam alvos potenciais e estão mais cobertas pelos *media*.

No âmbito da tipificação das interacções violentas, desde o final da Guerra Fria, o número de guerras tem diminuído (Sheehan, 2007: 212), embora a conflitualidade tenha aumentado (Telo, 2008: 8). O grande denominador comum será a diminuição de conflitos entre Estados. “Segundo o *Stockholm International Peace Research Institute*, desde 1990, só cerca de 5% dos conflitos foram inter-estados” (SIPRI, 2008 *apud* Telo, 2008: 9). Em oposição, a grande conflitualidade, desde o fim da Guerra Fria, tem sido ao nível interno (Telo, 2008: 9). No entanto, nesta tipologia de conflitos internos, assistimos a uma tendência de internacionalização materializada em três vertentes: envolvimento de organizações sem características territoriais⁸, envolvimento da Comunidade Internacional⁹ e envolvimento de actores estatais de forma indirecta¹⁰.

⁷ Neste aspecto, mais respeitante à perspectiva de mundialização.

⁸ Como grupos terroristas transnacionais. Estes actores podem entrar no conflito após o início das hostilidades, ou serem eles próprios a desencadear o mesmo, estabelecendo base territorial, normalmente, em Estados fracos ou falhados.

⁹ Através das Nações Unidas ou de organizações regionais.

¹⁰ Aquilo que alguns autores, como Steven Metz e Raymond Millen (2003: 16), apelidam de guerras indirectas entre Estados.



A preponderância da conflitualidade ao nível interno, mas com características internacionais, tem implicações na definição das características intrínsecas dos conflitos. Tendemos a ter conflitos com muitas partes, beligerantes e não beligerantes, tornando-os mais complexos. Outro aspecto característico é o facto de grande parte, talvez a maioria, dos actores num conflito serem não estatais, originando, em conjunto com a urbanização, que as baixas sejam fundamentalmente civis: “80 a 90% do total” (Telo, 2008: 10).

No entanto, apesar desta mutação da conflitualidade, não podemos desprezar que os Exércitos da era industrial continuam a predominar, podendo os Estados com fortes capacidades militares comportar-se como perturbadores regionais. Mas, mesmo as campanhas planeadas face a estes perturbadores, não poderão fugir de factores como a urbanização, a presença de não combatentes, a existência de ameaças assimétricas e a omnipresença dos *media*.

Para o planeamento de uma campanha, ou operação de grande envergadura, existem variáveis que se alteram de acordo com a área geográfica em estudo. Socorrendo-nos, mais uma vez, da doutrina do Exército dos EUA, este conjunto é definido pelas variáveis políticas, militares, sociais, temporais, da informação, das infra-estruturas e do ambiente físico (TRADOC, 2008: 1-5). Apesar de o seu estudo ser efectuado de forma mais pormenorizada para cada intervenção do instrumento militar, pensamos, que de um modo geral, o Ambiente Operacional para o futuro emprego do Poder Terrestre se enquadrará nas tendências apresentadas.

(2) Futuro do Poder Terrestre

Com base nos padrões estabelecidos da evolução do Poder Terrestre nos três actores estudados, conjugados com as tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo, pretendemos elaborar uma prospectiva do Poder Terrestre, que responda à Questão Central do presente TII – “Tendo em conta a evolução do Poder Terrestre desde o fim da 2ª Guerra Mundial, como é que este se prospectiva face às tendências de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional contemporâneo?”

A preponderância dos conflitos ao nível interno dos Estados, mas com ingerência de actores externos, leva-nos a projectar uma tendência para intervenções militares situadas, dentro do espectro da conflitualidade, nos patamares da crise e da guerra limitada. Nas campanhas rápidas contra forças regulares, as potências militares tenderão a usar a sua tecnologia para tentar obter resultados decisivos através dos fogos. No entanto, é verosímil que estes adversários se adaptem a este ambiente dominado pelos fogos e passem a usar a dispersão, os terrenos complexos e o combate no seio da população para mitigar a sua



inferioridade tecnológica, levando as potências intervenientes a dar mais relevância à manobra. Quando as intervenções militares decorrerem face a uma ameaça assimétrica, as forças terrestres, dando primazia à manobra, terão de conquistar a população e estabelecer um ambiente seguro e estável. Em resumo, os meios relacionados com os fogos continuarão a ser essenciais, principalmente frente a forças convencionais, numa tentativa de obter a sua rápida capitulação. Nos cenários mais prováveis, onde se opere no seio da população face a ameaças assimétricas, a manobra terá maior importância no seu balanceamento com fogos.

Em relação à variável projecção, a tendência de evolução da conflitualidade valida a transformação actual das forças terrestres, de uma postura de pré - posicionamento para forças facilmente projectáveis. Para que as forças terrestres possuam, desde o início das campanhas, a capacidade de evitar uma paralisia ao nível operacional, passível de conduzir a uma derrota no nível estratégico, é necessário aliar o valor combativo à boa mobilidade estratégica. A procura do equilíbrio entre a mobilidade estratégica e valor combativo, não poderá esquecer que os fogos não podem ser a única variável do triângulo de R. Simpkin¹¹. Deste equilíbrio, aliado à necessidade de intervenção célere, emana um Poder Terrestre assente em forças capazes de executar uma espécie de manobra operacional a distâncias estratégicas. Contudo, não desprezando que Estados com fortes capacidades militares convencionais podem ser perturbadores regionais, é provável que continuem a coexistir forças que sacrifiquem a mobilidade estratégica em prol do seu valor combativo.

Na actual problemática da validade dos três níveis da guerra, a possível supressão do nível operacional, ligação entre os objectivos táticos e estratégicos, impede a orquestração do conjunto de batalhas e empenhamentos, podendo acarretar um regresso a uma abordagem *atricionista* da condução das operações, mesmo quando o confronto se desenrole entre forças convencionais. No entanto, para que o paradigma dos três níveis se mantenha válido ao longo de todo o espectro das operações militares, consideramos ser imprescindível um maior envolvimento do nível estratégico no planeamento das campanhas. Esta interacção terá de acontecer quer ao nível da Estratégia Total quer da Estratégia Militar. Este facto torna-se ainda mais premente quando o instrumento militar passa a ser apenas um facilitador dos restantes instrumentos do Estado. Basicamente, no que diz respeito à integração dos instrumentos do poder do Estado, serão necessários dois patamares de aplicação do *Comprehensive Approach*, o estratégico, com uma ligação

¹¹ Triângulo apresentado no Apêndice 2, definido por mobilidade, fogos e protecção.



estreita com a Política, e onde talvez se comece a diluir a Estratégia Militar com a Total, e o operacional, onde se torna necessário um maior envolvimento da Estratégia, quer no planeamento de campanhas quer na sua conduta.

A abordagem à conduta das operações poderá variar com o tipo de ameaça que o Poder Terrestre se confronte. Contra forças convencionais é provável que a abordagem *manoverista* continue a ser a mais praticada. Contra uma ameaça assimétrica é difícil elaborar uma prospectiva. Uma postura optimista afirmaria que, incorporando as lições do passado recente, a abordagem seguida será uma abordagem *manoverista*, através da conquista da população e respectiva deslocalização da ameaça. Uma postura pessimista afirmaria que, pelo menos até se obterem de novo resultados negativos, a prioridade continuará a ser a destruição da ameaça por via da atrição.

No futuro, face à tendência de evolução da conflitualidade e do Ambiente Operacional, destacando-se a proliferação de guerras limitadas conduzidas em áreas urbanas e com a presença de não combatentes, o Poder Terrestre tenderá a manter o seu papel de poder decisivo. Ou seja, assume-se como plausível a continuidade da importância actual da aplicação das forças terrestres no contexto de um emprego conjunto do instrumento militar, principalmente, na óptica de facilitador da integração dos restantes instrumentos do poder do Estado, garantindo, para tal, um ambiente seguro e estável.

Na relação entre o tipo de estado final pretendido e a capacidade em o atingir, o Poder Terrestre tem tido mais facilidade em derrotar forças convencionais, do que em estabelecer um ambiente seguro e estável, conquistando a população e derrotando ameaças assimétricas. Dada a complexidade da segunda missão, é natural que esta relação se mantenha. Contudo, confirmando-se a tendência de maior ênfase na manobra, associada ao maior número de forças inicialmente disponíveis, dado o aumento da preocupação com a projecção, é possível que a capacidade do Poder Terrestre ao longo de todo o espectro das operações passe para níveis perto da aptidão em derrotar forças convencionais.

A síntese da prospectiva apresentada, representa o argumento do nosso estudo – “Na sua dimensão intrínseca, o Poder Terrestre tende a evoluir no sentido do equilíbrio entre fogos e manobra. As forças facilmente projectáveis tendem a ser o modelo adoptado. O paradigma de emprego das forças terrestres tende a manter os três níveis da guerra e uma abordagem *manoverista*. Na sua dimensão extrínseca, o Poder Terrestre tende a manter um papel decisivo, num modelo de aplicação conjunta do instrumento militar, principalmente como facilitador de uma óptica integrada dos instrumentos do poder do Estado”.



Referências bibliográficas

Bibliografia Referenciada

Monografias (Livros)

CLARK, Wesley K. (2001). *Waging Modern War: Bosnia, Kosovo, and the Future of Combat*. New York: Public Affairs Books.

COUTO, Abel Cabral (1987). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um Curso*. Vol. I. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

GRANGE, David L., et al. (2002). *Air - Mech - Strike: Asymmetric Maneuver Warfare for the 21st Century*. 2^a ed. Paducah – New York: Turner Publishing Company.

GRAY, Colin S. (2006). *Strategy and History: Essays on Theory and Practice*. Oxon: Routledge.

HAMMES, Thomas X. (2004). *The Sling and the Stone: On War in the 21st Century*. St. Paul: Zenith Press.

LEONHARD, Robert R. (1991). *The Art of Maneuver: Maneuver – Warfare Theory and AirLand Battle*. New York: Ballantine Books.

LINN, Brian McAllister (2009). *The Echo of Battle: The Army's Way of War*. Cambridge [etc.]: Harvard University Press.

MADEIRA, César Martinho Gusmão Reis (2009). *O Sistema de Planeamento de Forças Nacional. Implicações da Adopção do Modelo de Planeamento por Capacidades*. Cadernos Navais, Nº 28. Lisboa: Grupo Cultural da Marinha.

SANTOS, José Loureiro dos (1983). *Incursões no domínio da Estratégia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SCALES Jr., Robert H. (2003). *Yellow Smoke*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc.



SIMPKIN, Richard E. (1985). *Race to the Swift: Thoughts on Twenty - First Century Warfare*. London [etc.]: Brassey's Defence Publishers.

Contribuições em Monografias

BIDDLE, Stephen (2007). Land Warfare: Theory and Practice. In *Strategy in the Contemporary World: Introduction to Strategic Studies*. Oxford: Oxford University Press, p. 91 - 112.

SHEEHAN, Michael (2007). The changing character of war. In *The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations*. Oxford: Oxford University Press, p. 210 - 225.

TUCK, Christopher (2008). Land Warfare. In *Understanding Modern Warfare*. New York: Cambridge University Press, p. 66 - 121.

Manuais

EXÉRCITO (2005). *Regulamento de Campanha - Operações*. Amadora: Comando de Instrução e Doutrina.

JCS, Joint Chiefs of Staff (2008). *JP 3-0 – Joint Publication 3-0: Joint Operations*.

JCS, Joint Chiefs of Staff (2009). *JP 1-02 – Joint Publication - 02: Department of Defense Dictionary of Military and Associated Terms*.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (2006). *AJP -5: Allied Joint Doctrine for Operational Planning*.

OTAN, Organização do Tratado do Atlântico Norte (2007). *AAP-6: nato Glossary of Terms and Definitions*. NATO Standardization Agency.

TRADOC, U.S. Army Training and Doctrine Command (2008). *Field Manual 3-0, Operations*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.



Monografias electrónicas

CASSIDY, Robert M. *U.S. Russia and Chechnya: Military Strategic Culture and the Paradoxes of Asymmetric Conflict* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Fevereiro de 2003. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=125/>>.

Columbia Encyclopedia [em linha]. Columbia University Press, 6º ed. 2008. [Referência de 18 de Fevereiro de 2010].

Disponível na Internet em: < <http://www.encyclopedia.com/iNdx.AsPx> >.

CZEGE, Huba Wass de. *Lessons from the Past: Making the Army's doctrine "Right Enough" Today* [em linha]. Landpower Essay. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, Setembro de 2006. [Referência de 14 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em: <http://www3.ausa.org/pdfdocs/lpe06_2.pdf >.

DEGEN, Edmund J. *Dominant Land Forces for 21st Century* [em linha]. The Land Warfare Papers, Nº 73. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, Setembro de 2009. [Referência de 14 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em:

<http://www.ausa.org/publications/ilw/ilw_pubs/LWP/Documents/LWP%2073_Dominant%20Land%20Forcesv2.pdf>.

EVANS, Michael. *The Continental School of Strategy: The Past, Present and Future of Land Power* [em linha]. Study Paper Nº 305. Land Warfare Studies Centre, Australian Army, Junho de 2004. [Referência de 14 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em:

< <http://www.defence.gov.au/army/lwsc/SP305.asp>>.

JAKOBSEN, Peter Viggo. *NATO's Comprehensive Approach to Crisis Response Operations: a work in slow progress* [em linha]. DIIS Report 2008. Danish Institute for International Studies, 2008. [Referência de 16 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:

< http://www.diis.dk/graphics/Publications/Reports%202008/Report_2008-15_NATO_Comprehensive_Approach_Crisis_Response_Operations.pdf >.



JARKOWSKY, Jeffrey. *Boots on the Ground: Will U.S. Landpower be decisive in Future Conflicts?* [em linha]. USAWC Strategy Research Project. United States Army War College, 2002. [Referência de 14 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://smallwarsjournal.com/documents/jarkowsky.pdf>>.

METZ, Steven, MILLEN, Raymond. *Future War/Future Battlespace: The Strategic Role of American Landpower*. [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Março de 2003. [Referência de 25 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=214>>.

WORTZEL, Larry M. *The Chinese Armed Forces in the 21st Century* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Dezembro de 1999. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=73>>.

Contribuições em Monografias electrónicas

BLASKO, Dennis. PLA Ground Forces Lessons Learned: Experience and Theory. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Junho de 2003. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

CORBETT Jr., John F., O'DOWD, Edward. The 1979 Chinese Campaign in Vietnam: Lessons Learned. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Junho de 2003. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.



TKACIK Jr., John. From Surprise to Stalemate: What the People's Liberation Army learned from the Korean War – A half a Century later. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Junho de 2003. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

WORTZEL, Lary. Concentrating Forces and Audacious Action: PLA Lessons from the Sino - Indian War. In *The Lessons of History: The Chinese people's Liberation Army at 75* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Junho de 2003. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=52>>.

Artigos de publicações em série electrónicas

BUKKVOLL, Tor. Russia's Military Performance in Georgia. *Military Review* [em linha]. November - December 2009 [Referência de 21 de Janeiro de 2010], p. 57-62.

Disponível na Internet em:

<http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/English/MilitaryReview_20091231_art009.pdf>.

GRAY, Colin S. How Has War Changed Since the End of the ColdWar? *Parameters. US Army War College Quarterly* [em linha]. Spring 2005, Vol. XXXV, no. 1 [Referência de 28 de Dezembro de 2009], p. 14-26. Disponível na Internet em:

<<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/05spring/gray.htm>>.

GRAY, Colin S. The 21st Century Security Environment and the Future of War. *Parameters. US Army War College Quarterly* [em linha]. Winter 2008-09, Vol. XXXVIII, no. 4 [Referência de 28 de Outubro de 2009], p. 14-26. Disponível na Internet em:

<<http://www.carlisle.army.mil/usawc/Parameters/08winter/gray.pdf>>.

IEEI, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Bloco de Notas. *O Mundo em Português* [em linha]. Novembro de 2000, Nº 14 [Referência de 18 de Fevereiro de 2010].

Disponível na Internet em: <<http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=929>>.



LEONHARD, Robert R. Sun Tzu's Bad Advice: Urban Warfare in the Information Age. *Army Magazine* [em linha]. Abril 2003, Vol. 53, no. 4 [Referência de 28 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em:
<<http://www3.ansa.org/webpub/DeptArmyMagazine.nsf/byid/CCRN-6CCS88>>.

McDERMOTT, Roger. Russia's Conventional Armed Forces and the Georgian War. *Parameters. US Army War College Quarterly* [em linha]. Spring 2009, Vol. XXXIX, no. 1 [Referência de 26 de Novembro de 2009], p. 65-80. Disponível na Internet em:
<<http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/09spring/mcdermott.pdf>>.

RAMALHO, José Luís Pinto. O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta – Uma Reflexão. *Revista Militar* [em linha]. Agosto/Setembro de 2005, Nº 2443/2444. [Referência de 14 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:
<<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=223>>.

TELO, António José. Conflitos e Transformação da Defesa: A Sempre Instável Equação. *Cadernos do IDN* [em linha]. Dezembro de 2008, Nº 1, IIª Série. [Referência de 14 de Novembro de 2009], p. 1-13. Disponível na Internet em: <<http://www.idn.gov.pt/publicacoes/cadernos/publicados.html>>.

Bibliografia Consultada **Monografias (Livros)**

CLARK, Wesley K. (2004). *Vencer as Guerras Modernas: Iraque, Terrorismo e o Império Americano*. Lisboa: Temas e Debates.

GLANTZ, David M. (1991). *Soviet Military Operational Art: In Pursuit of Deep Battle*. Oxon, New York: Frank Cass.

LEONHARD, Robert R. (1998). *The Principles of War for the Information Age*. New York: Ballantine Books.

SMITH, Rupert (2008). *A Utilidade da Força. A Arte da Guerra no Mundo Moderno*. Lisboa: Edições 70 Lda.



Manuais

JCS, Joint Chiefs of Staff (2007). *JP 1 – Joint Publication 1: Doctrine for the Armed Forces of the United States*.

TRADOC, U.S. Army Training and Doctrine Command (2004). *Field Manual 1-02, Operational Terms and Graphics*. Washington DC: Headquarters, Department of the Army.

Monografias electrónicas

ALACH, Zhivan. *Slowing Military Change* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 29 de Outubro de 2008. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=878>>.

ATKESON, Edward B. *The People's Liberation Army in the Land of Elusive Sheen* [em linha]. The Land Warfare Papers, Nº 38. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, Setembro de 2001. [Referência de 22 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.ausa.org/SiteCollectionDocuments/ILW%20Web-ExclusivePubs/Land%20Warfare%20Papers/lwp38_atkeson.pdf>.

BARTHOLOMEES Jr., J. Boone. *U.S. Army War College Guide to National Security Issues Volume I: Theory of War and Strategy*. 3ª ed [em linha]. Department of National Security and Strategy. United States Army War College, Junho de 2008. [Referência de 14 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.StrategicStudiesInstitute.army.mil/>>.

BLANK, Stephen J. *Russia's Armed Forces on the Brink of Reform* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Março de 1998. [Referência de 23 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?PubID=143>>.



GRAY, Colin S. *Recognizing and Understanding Revolutionary Change in Warfare: The Sovereignty of Context* [em linha]. Strategic Studies Institute. United States Army War College, 01 de Fevereiro de 2006. [Referência de 18 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em:

<<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=640>>.

ROSELLO, Victor M. *Soft Skills for the 21st Century Land Dominance* [em linha]. Landpower Essay. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, Janeiro de 2009. [Referência de 21 de Novembro de 2009]. Disponível na Internet em:

<<http://www.ausa.org/SiteCollectionDocuments/ILW%20Web-ExclusivePubs/Landpower%20Essays/LPE06-2.pdf>>.

TOGUCHI, Robert M, RINALDO, Richard. *Land Warfare in the Information Age* [em linha]. The Land Warfare Papers, Nº 47. The Institute of Land Warfare, Association of the United States Army, Setembro de 2004. [Referência de 19 de Novembro de 2009].

Disponível na Internet em: < http://www3.ausa.org/pdfdocs/lwp_47.pdf>.



Apêndice 1 – Espectro das operações militares

O espectro da conflitualidade representa o pano de fundo das operações militares. Concretamente para o nosso estudo, representa o grau de violência do ambiente onde as forças terrestres actuam. Este espectro, por nós definido, foi conjugado com a tipologia das operações patente no Regulamento de Campanha – Operações do Exército português, de forma a enquadrar cada tipo de operação num contexto de violência do seu Ambiente Operacional mais provável, criando, assim, o espectro das operações militares.

O espectro da conflitualidade tem a sua extremidade não violenta representada pela paz estável. Esta paz é caracterizada pela “ausência de emprego do instrumento militar e pela predominância das relações de cooperação, ou acomodação, entre os actores internacionais. As relações poderão conter factores de competição, mas o recurso à violência armada é posta de parte” (TRADOC, 2008: 2-2).

Avançando no espectro da conflitualidade, para além da paz, temos a zona da crise, que Loureiro dos Santos (1983: 101) define como “uma perturbação no fluir normal das relações entre dois ou mais actores da cena internacional com alta probabilidade do emprego da força”.

Para guerra limitada utilizámos o conceito de Cabral Couto (1987: 159), que define este patamar da conflitualidade quando “uma potência, ainda que poderosa, está inibida de lançar mão de todos os seus recursos por razões morais, políticas ou mesmo estratégicas”. Esta limitação da guerra pode ser dada, para além da limitação no uso de recursos, ou instrumentos de poder, pela limitação em termos geográficos ou de objectivos. Outra característica do conceito de guerra limitada é a ausência de uma relação biunívoca. Um actor pode estar a conduzir uma guerra limitada, enquanto um seu oponente pode estar perante objectivos vitais e, como tal, estar a conduzir uma guerra ilimitada.

Por oposição ao conceito de guerra limitada, a guerra ilimitada “é um conflito armado entre actores que empregam neste a totalidade dos seus recursos. Normalmente a sobrevivência desses actores está em jogo” (TRADOC, 2008: 2-2). Este extremo está, como conceito de guerra real, perto da guerra absoluta de Clausewitz.

A figura 1 representa a distribuição da tipologia das operações pelo espectro da conflitualidade. A sobreposição dos tipos de operações corresponde à própria ambiguidade das áreas de fronteira do espectro da conflitualidade, bem como à sua volatilidade, podendo saltar o grau de violência, num dado momento, de um patamar para outro não contíguo.

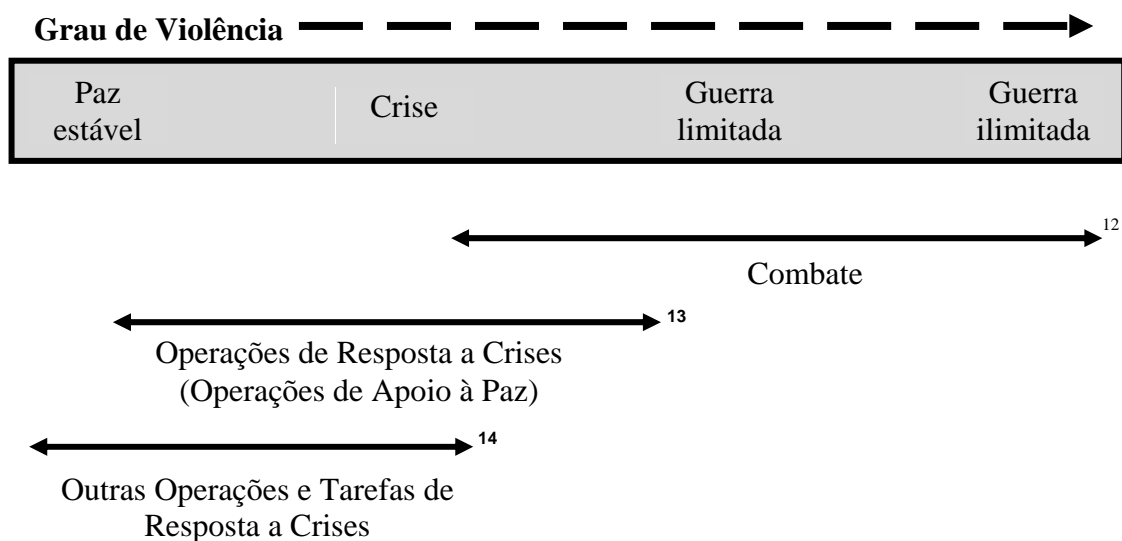


Figura 1: Conjugação do espectro da conflitualidade com a tipologia das operações

¹² Operações Ofensivas, Defensivas, Retrógradas, Transição, Aeromóveis, Aerotransportadas, Anfíbias, de Informação e em Ambientes Específicos (Exército, 2005: 2-11).

¹³ Manutenção da Paz; Imposição da Paz; Prevenção de Conflitos; Restabelecimento da Paz; Consolidação da Paz e Operações Humanitárias (Exército, 2005: 2-12).

¹⁴ Apoio às Operações Humanitárias (Assistência a Deslocados e Refugiados e Operações Humanitárias fora do âmbito das Operações de Apoio à Paz); Assistência a Desastres; Busca e Salvamento; Operações de Evacuação de Não – Combatentes; Operações de Extração; Apoio às Autoridades Cíveis; Imposição de Sanções e Embargos (Exército, 2005: 2-12).



Apêndice 2 – Revisão de literatura

Esta revisão de literatura proporciona uma visão geral de como autores reconhecidos internacionalmente têm avaliado a evolução do Poder Terrestre. A óptica de análise das publicações revistas foi a de determinar as variáveis segundo as quais foi investigada a evolução das dimensões intrínseca e extrínseca do Poder Terrestre. A partir desta base, construímos o nosso modelo de análise descrito no segundo capítulo. Nesta fase não procurámos, ainda, identificar qualquer elemento de continuidade ou descontinuidade nos actores que são objecto do estudo. Simultaneamente, esta revisão de literatura procura, também, ser o ponto de partida da compreensão da aplicação das forças terrestres, do seu papel e das influências do meio onde actuam.

Na selecção da literatura inicial, procurámos autores que tivessem identificado variáveis de análise do Poder Terrestre, absolutas e intemporais. Nesta linha de pensamento seleccionámos três fontes primárias para início do nosso estudo. Em primeiro lugar, analisamos o trabalho apresentado por Richard E. Simpkin, em 1985, na obra *Race to the Swift*. Em seguida analisamos a obra *Yellow Smoke* de Robert H. Scales Jr., publicada em 2003. Por último apresentamos a revisão do capítulo de Christopher Tuck, Land Warfare, inserido na obra de 2008, *Understanding Modern Warfare*.

Race to the Swift, Richard E. Simpkin

R. Simpkin, na sua obra *Race to the Swift*, retrata a abordagem *manoverista* da condução das operações terrestres. As operações terrestres são analisadas do ponto de vista das suas dimensões física, probabilística e psicológica. O nosso enfoque foi para a física da guerra, no intuito de procurar as variáveis que nos auxiliassem no desenho do modelo de análise.

No capítulo de introdução às diferenças entre a abordagem *atricionista* e *manoverista* da forma de conduzir as operações terrestres, Simpkin define os dois conceitos. A teoria *atricionista* é uma forma de combate que procura a vitória pela quantidade de baixas humanas e materiais causadas ao inimigo. Em termos físicos, e num modelo a duas dimensões, procura causar ao inimigo, ao longo do tempo, um ritmo de descida da massa mais acentuado que o nosso. O movimento, nesta teoria, visa apenas colocar as forças em novas posições para o combate. A teoria *manoverista* procura o oportunismo e a exploração dos erros forçados e não forçados do inimigo. O sucesso desta abordagem é conseguido, essencialmente, através da preempção ou da surpresa inicial. Em termos físicos, a teoria *manoverista* requer um modelo a três dimensões: massa, tempo e



espaço. O espaço é acrescentado como dimensão, em relação à teoria *atricionista*, devido à importância que a procura de uma posição vantajosa ganha na tentativa de deslocalização do forte do inimigo.

Antes do contacto, as duas teorias são antagónicas. A abordagem *atricionista* visa uma preempção, que dissuade o inimigo de combater através de um potencial de combate esmagador. A abordagem *manoverista* visa a preempção, ou pelo menos a surpresa decisiva, através da ocupação de uma posição vantajosa. Após o contacto, as duas teorias tornam-se complementares, pois até a força que manobra necessita que a sua massa e os seus fogos sejam uma ameaça através da atrição. Poder-se-á dizer que, em resumo, quando o contacto é iniciado a abordagem *manoverista* acrescenta uma nova dimensão à teoria *atricionista*.

R. Simpkin inicia a sua descrição da guerra em termos físicos com um capítulo dedicado ao terreno. O terreno é descrito como sendo o meio natural do ser humano mas, que em simultâneo, é o meio mais complexo. Para Simpkin existem três características que distinguem as operações no meio terrestre:

- A guerra terrestre preocupa-se, essencialmente, com a posse ou controlo de parcelas de terreno, incluindo a população que é parte desse terreno;
- No meio terrestre o homem pode escolher o seu grau de dependência das máquinas na forma de combater;
- O meio terrestre varia de forma complexa em relação à dimensão do espaço e em menor escala à dimensão tempo.

Ligado às operações no meio terrestre está o valor do terreno aos diferentes níveis da guerra. Ao nível tático e operacional o valor do terreno elevado decresce com a capacidade e evolução dos fogos, enquanto os terrenos restritivos como o urbano favorecem o defensor. Ao nível estratégico o terreno deve ser analisado pelo seu valor político e económico. Como só as forças terrestres conseguem assegurar efeitos duradouros no terreno, a importância vital do Poder Terrestre nas operações militares tende a ser uma constante.

Outra das variáveis apresentadas por Simpkin é a massa. O conceito introduzido é o de massa utilizável, definido como o tamanho da força que sature o sistema de comunicações de uma determinada parcela de terreno. Ou seja, a massa de uma dada força não é absoluta, mas varia conforme a capacidade do meio físico onde é aplicada. A partir deste conceito, Simpkin define o potencial de combate físico por unidade de massa. Define combate como troca de energia. A partir desta definição, os fogos passam a ser a



capacidade de transferir energia para o inimigo, a protecção a capacidade de evitar ou absorver a energia e a mobilidade o meio de se posicionar para aplicar os fogos ou favorecer a protecção. A associação destes três elementos com a massa cria o potencial de combate físico por unidade de massa. Este factor conduz à conclusão de que o jogo entre os factores do potencial pode ser enganador em relação à real utilidade do potencial de combate. Poderemos ter uma unidade com um elevado potencial de combate físico por unidade de massa, proveniente de uma excelente mobilidade, mas que, sem a protecção e fogos adequados, poderá ter pouca aplicabilidade ao longo do espectro das operações militares. A utilidade do potencial de combate físico por unidade de massa não deve ser assente no seu valor absoluto, mas sim no correcto balanceamento dos três factores.

Associado ao conceito de potencial de combate físico, Simpkin apresenta o valor físico da manobra. A par dos fogos, mobilidade e protecção do potencial de combate físico, o valor físico da manobra é um dos parâmetros de uma força. A quantificação deste parâmetro é dada pelo produto da massa pelo *ritmo*¹⁵. A relação entre o potencial de combate físico e o valor físico da manobra, conceitos inerentes a uma abordagem *manoverista*, está sempre dependente da reacção do oponente. Uma força com baixo valor de massa, que dependa do seu *ritmo* para ter um valor físico da manobra elevado, poderá correr sérios riscos se o inimigo evitar a preempção ou a deslocalização. Neste caso, a força ficaria demasiado dependente do potencial de combate físico que, na eventualidade de ser baixo ou mal balanceado, representaria um risco nas situações de atrição.

Depois da definição dos parâmetros característicos de uma força, Simpkin volta a definir a teoria *manoverista* como a amplificação da força que uma pequena massa consegue exercer. No entanto, refere que esta massa tem que ter um potencial de combate físico mínimo que represente uma ameaça credível face ao oponente. Este ponto leva à conclusão de que a massa serve de limite e de freio, quer aos multiplicadores do potencial de combate, quer ao valor físico da manobra. Deste ponto, Simpkin passa para o conceito dos limites da massa. No limite superior coloca a quantidade de massa a partir da qual começa a ser prejudicial para a manutenção do *ritmo* e capacidade de concentração. No limite inferior surge o conceito de flexibilidade, a quantidade mínima de massa necessária para que uma força represente ameaça e se possa comportar como um sistema adaptativo face a variáveis externas. A conjugação e balanceamento do potencial de combate físico e do valor físico da manobra resultam no valor combativo de uma força.

¹⁵ O *ritmo* apresentado como sendo a divisão da distância, entre a linha inicial de contacto e o objectivo, e a duração da operação, desde a recepção de ordens até ao cumprimento da missão.



Yellow Smoke, Robert H. Scales Jr.

A obra de R. Scales Jr., *Yellow Smoke*, retrata o Poder Terrestre no século XXI, quer na actualidade quer no futuro. No entanto, são as suas análises históricas sobre a evolução da forma de conduzir as operações terrestres e sobre a importância do Poder Terrestre que nos guiaram na determinação das variáveis absolutas necessárias à construção do nosso modelo de análise.

No capítulo Tecnologia e Ciclos da Guerra Terrestre, o autor explana sobre a influência da tecnologia na arte da guerra. Para Scales os ciclos de transformação da arte da guerra têm-se baseado, substancialmente, na introdução de novas tecnologias que vêm destabilizar o balanço entre manobra e fogos. Cada vez que o campo de batalha é dominado pelos fogos o defensor é beneficiado e, inevitavelmente, as partes são compelidas a adoptar uma abordagem *atricionista*. Para Scales esta evolução tecnológica tem diferente impacto nos três níveis da guerra, obrigando a distintos jogos de escolhas dentro de cada um.

Ao nível estratégico, o desafio está em balancear o tamanho da força a projectar para uma operação, com o tempo de espera até estar pronta a operar. A este jogo Scales chamou tempo *versus* risco. Ao nível operacional, as escolhas centram-se no balancear a manobra e os fogos. No nível tático, o desafio centra-se em balancear o estado final pretendido com os meios, medidos em baixas, que se está disposto a usar para o atingir.

A evolução do Poder Terrestre está no balanceamento simultâneo dos desafios nos três níveis da guerra. Ao nível estratégico, o impulso de chegar rápido tem que ser refreado pela necessidade de potencial de combate no início de uma campanha ou operação. Ao nível operacional, a tendência para desenhar forças baseadas no domínio pelos fogos tem que ser jogada com a necessidade de forças de manobra suficientes para transformar em duradouros os efeitos produzidos pelos fogos. No nível tático a propensão para culminar a batalha tática através da destruição do inimigo pelo assalto tem que ser balanceada pelo facto de que a aceitação de baixas está relacionada com o estado final estratégico.

No capítulo do tempo *versus* risco, Scales analisa o dilema, que segundo ele, molda a evolução do Poder Terrestre ao nível estratégico. O dilema coloca-se na escolha entre a velocidade de intervenção das forças projectáveis por via aérea, capazes de poder resolver uma situação *preemptivamente*, e o risco corrido pela projecção de forças ligeiras, incapazes de lidar com um inimigo composto por forças mais pesadas.

R. Scales conclui que, na realidade, o dilema ao nível estratégico coloca-se apenas



quando falamos de guerras limitadas, ou outras operações militares do espectro da conflitualidade, excluindo deste capítulo as guerras ilimitadas. O balanceamento tempo *versus* risco pretende encontrar o equilíbrio necessário para estruturar uma força com a capacidade suficiente de provocar o colapso do inimigo como sistema e de, simultaneamente, ser passível de ser projectada rapidamente para que se possa aspirar a atingir a preempção.

Outro aspecto referido por Scales no capítulo tempo *versus* risco é o desafio de negar a vantagem do tempo ao inimigo, na óptica de impossibilitar a sua capacidade de aprendizagem e adaptação. Surge aqui um padrão de conduta no confronto armado terrestre, a capacidade de adaptação com o intuito de dirimir desvantagens em factores como os fogos ou a capacidade de obtenção de informação. Esta adaptação recorre às características complexas do terreno, incluindo população, que tendem a degradar os efeitos dos sistemas de armas e de vigilância. O corolário desta capacidade de aprendizagem e adaptação é a maior probabilidade de se conseguir o domínio do campo de batalha no início de uma campanha.

Ao nível operacional, o autor refere que a procura do balanceamento entre a manobra e os fogos é tão antiga como a própria guerra. Os fogos são definidos como o conjunto dos efeitos letais e psicológicos criados por meios lançados à distância. Como os fogos não conseguem manter a posse do terreno, Scales afirma que os seus efeitos são apenas transitórios. A manobra proporciona a capacidade de uma das partes estabelecer uma posição de vantagem em relação à outra. Uma força que manobra procura explorar a paralisia temporária do inimigo derivada dos efeitos dos fogos. Uma das partes considera-se que foi derrotada pela manobra quando é colocada numa situação de isolamento em que perde a capacidade de influenciar a batalha. Para Scales, este contendor fica perante duas alternativas, assumir a derrota ou enfrentar a possibilidade de aniquilação.

A manobra e os fogos têm que ser orquestrados e aplicados de forma equilibrada para que se obtenha o sucesso ao nível operacional. Ambos são necessários e complementares, mas em simultâneo têm competido pela primazia no campo de batalha. Quando a capacidade de manobrar no campo de batalha é superior à capacidade dos fogos em a contrariar, esta torna-se dominante. No inverso, sempre que a letalidade dos fogos torna a zona que separa as forças de manobra demasiado mortífera para ser atravessada, os fogos passam a ser dominantes e o campo de batalha mais estático.

Para Scales, o balanceamento entre fogos e manobra é um dos desafios que tem moldado a evolução do Poder Terrestre ao nível operacional. A procura de soluções para



quebrar o impasse do campo de batalha dominado pelos fogos, ou no lado oposto, na tentativa de resolução das campanhas pela superioridade avassaladora dos mesmos, tem-se dado ao nível dos avanços tecnológicos, das doutrinas e da postura das forças no campo de batalha, em termos de concentração ou dispersão.

De acordo com Scales, o fardo do balanceamento entre o estado final pretendido, medido no sucesso de cada batalha, e os meios disponíveis, medidos principalmente em vidas humanas, cai, normalmente, nas unidades de manobra ao nível tático. Este balanceamento conduz a duas abordagens distintas da forma de conduzir o combate próximo: a procura do contacto e destruição do inimigo pelo assalto ou a procura do contacto e tentativa de fixar o inimigo para posterior destruição através dos fogos. Apesar da possível abordagem do combate tendo em vista o menor número de baixas, o autor refere que, nem num campo de batalha dominado pelos fogos, estes são, por si só, suficientes para atingir os objectivos operacionais e estratégicos. A capacidade de adaptação dos contendores, com o recurso a terrenos complexos, tentando dirimir desvantagens em relação aos fogos ou à capacidade de obtenção de informação, pode tornar o balanço do estado final pretendido *versus* os meios que estamos dispostos a empregar, ainda mais crítico.

Land Warfare, Christopher Tuck

C. Tuck inicia o seu capítulo, *Land Warfare*, afirmando que a variedade dos contextos políticos, estratégicos, económicos e sociais faz como que seja verosímil a existência de diferenciados modelos de abordagem às operações militares. Este ponto é consonante com a nossa opção de analisar três modelos de evolução diferentes para, posteriormente, determinarmos os pontos de convergência e divergência, em vez de estudarmos apenas os EUA como potência militar dominante.

Para se compreender uma determinada evolução há que dissecar o meio onde decorreu. Nesta óptica, Tuck explica os principais atributos do ambiente terrestre. Ao contrário dos ambientes marítimo e aéreo, o meio terrestre é o único que consegue realmente mitigar os efeitos dos fogos.

Tuck apresenta quatro principais atributos do ambiente terrestre: a importância política, a variedade, a fricção e a opacidade. Na importância política, refere que no meio terrestre, sendo o único habitado pelo homem, o controlo do território, apenas possível com forças terrestres, é de importância vital para os actores estatais. A variedade representa a complexidade do ambiente terrestre, dado o impacto da tipologia de terreno, população e clima na condução das operações. A fricção representa o atrito adicional do meio terrestre,



em relação à já inerente fricção das operações militares, em áreas como o movimento e impacto no ser humano. A opacidade descreve a capacidade do meio terrestre em oferecer cobertos e abrigos, os quais funcionam como redutores das capacidades tecnológicas dos fogos e obtenção de informação.

Em seguida aos atributos do ambiente terrestre, Tuck apresenta o mesmo raciocínio para as forças terrestres. Para o autor, os atributos destas forças são a complexidade, a versatilidade, a persistência e a capacidade de decisão. A complexidade tem duas dimensões. A primeira advém da quantidade de partes em movimento de uma força terrestre, da sua dependência do factor humano e da tendência para a dispersão¹⁶. A segunda dimensão é dada pela multiplicidade funcional das suas partes, dentro da manobra, apoio de combate e de serviços. Embora esta multiplicidade seja uma necessidade para a eficácia das forças, ela aumenta a fricção ao nível de funções como o C2. A versatilidade é o contraponto da complexidade. A dependência do factor humano e a multiplicidade funcional dão às forças terrestres a capacidade de adaptação, a menor dependência da tecnologia e a melhor aptidão para operar ao longo de todo o espectro das operações militares. A persistência designa a capacidade das forças terrestres em ocuparem uma posição por longos períodos de tempo. Esta capacidade está ligada ao atributo da importância política do ambiente terrestre, pois as forças terrestres conseguem controlar um espaço físico e interagir social e politicamente com a população. A capacidade de decisão representa a singularidade das forças terrestres na capacidade de derrota física de outras forças terrestres. O factor decisão está, realmente, na combinação desta singularidade com a importância política do ambiente terrestre.

Para Tuck, a combinação dos atributos do ambiente terrestre e das forças terrestres têm sido fundamentais para determinar a evolução do Poder Terrestre.

Com relevância para o nosso estudo, este autor apresenta, ainda, um conjunto de exigências competitivas impostas às forças terrestres. Para Tuck, a condução de operações terrestres engloba um jogo de escolhas entre essas exigências. As soluções adoptadas ao longo do tempo, por diferentes Exércitos, representam abordagens distintas à evolução do Poder Terrestre. As exigências competitivas apresentadas são as dicotomias entre ataque e defesa, entre a abordagem *manoverista* e *atricionista*, entre consolidação e exploração, entre concentração e dispersão, entre frentes largas e profundidade e entre centralização e descentralização.

¹⁶ A dispersão é usada para tirar partido do terreno em termos de ocultação, para mitigar os fogos inimigos, ou para controlar fisicamente o terreno.



O ataque tem sido associado ao caminho para a vitória, no entanto, no meio terrestre a ofensiva é tida como mais difícil do que a defesa, devido, entre outros factores, à fricção para quem se movimenta e à opacidade para quem defende. A estes atributos acresce o grande desenvolvimento dos fogos desde o início do século XX.

As abordagens *manoverista* e *atricionista*, embora opostas são também conceitos relacionados. A atrição pode beneficiar a manobra ao abrir espaços, e a manobra pode beneficiar a atrição ao colocar as forças em posição mais favorável para a destruição do inimigo. Por outro lado, a abordagem *manoverista*, que tenta evitar a atrição, quando mal executada tem o efeito oposto, ao expor as forças aos efeitos dos fogos inimigos.

Após uma operação com sucesso torna-se necessária a escolha entre a exploração, continuando para maximizar a vitória inicial, e a consolidação, pausando para assegurar ganhos e reconstituir unidades. A exploração é uma das formas de manter um *ritmo*¹⁷ elevado, o que por sua vez é uma das formas de obter ou manter a iniciativa, de obter a surpresa e de invalidar o ciclo de decisão inimigo. No entanto, a exploração pode ser uma espada de dois gumes. Como as forças que exploram se movimentam, normalmente, com ritmos elevados e sem a preparação de uma acção deliberada, estão mais vulneráveis a forças escalonadas em profundidade e a contra-ataques.

A concentração pode ser um factor crucial na condução das operações. Tal como Clausewitz afirmou, há que, em primeiro lugar, ser forte no todo e depois num ponto decisivo. Mas dada a dispersão imposta pelos fogos, a concentração torna-se um conceito problemático, pelo menos de forma generalizada. O conceito de profundidade, seja num campo de batalha linear ou não linear, tem a vantagem de manter reservas aos diversos escalões. No entanto, um demasiado escalonamento em profundidade pode criar fricção no C2 e não garantir o potencial de combate mínimo no contacto com o inimigo.

A escolha entre a centralização e a descentralização no C2 é, basicamente, uma escolha entre certeza e tempo. A centralização assegura a certeza na decisão em ambientes incertos e complexos, mas acarreta um ciclo de tomada de decisão mais lento. A opção de descentralizar é uma forma de conseguir um *ritmo* elevado, dando iniciativa para explorar oportunidades, mas acarreta o risco da perda do foco das operações e da extensão, ou dispersão, exagerada da força.

¹⁷ Definido como “o ritmo de actividade em relação ao inimigo” (Tuck, 2008: 77).



Apêndice 3 – Glossário de termos

Ambiente Operacional: Conjunto de condições, circunstâncias e influências que afectam o emprego das capacidades e que pesam nas decisões do Comandante (TRADOC, 2008: Glossary – 11).

Ameaça assimétrica: Uma ameaça assimétrica significa que um dos lados não tem capacidade para enfrentar o seu inimigo de forma convencional, usando as mesmas armas que ele, e portanto recorre a técnicas para contornar a superioridade do outro (IEEI, 2000). A ameaça assimétrica pode ser abordada segundo quatro áreas de reflexão: a utilização de capacidades tecnológicas de forma inesperada, empregando táticas não convencionais; a afectação do ciberespaço, desenvolvendo acções de Guerra de Informação e pondo em causa a segurança dos dados e da capacidade C2; o acesso e utilização de forma igualmente não convencional, das chamadas tecnologias militares de baixo custo; e por último, a eventual utilização de armas de destruição maciça (Ramalho, 2007).

Armas combinadas: É a aplicação sincronizada e simultânea de várias armas, como a infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e aviação, para atingir um efeito no inimigo que é maior do que o somatório do efeito das armas se usadas separadamente ou em sequência (Exército; 2005: B-2).

Arte Operacional: O emprego hábil de forças militares para atingir objectivos estratégicos ou operacionais, através do desenho, organização, integração e condução de estratégias, campanhas, operações e batalhas” (OTAN, 2006: Lexicon – 8).

Batalha: A batalha consiste numa série de combates que têm uma duração superior e envolvem mais forças que um empenhamento. As batalhas podem afectar o curso de uma campanha ou operação de grande envergadura. As batalhas são, normalmente, significativas ao nível operacional e, por vezes, decisivas. Uma ou mais batalhas são ligadas para vencer operações de grande envergadura e campanhas, que se traduzem no sucesso ao nível estratégico (Exército; 2005: B-2).

Campanha: Uma série de operações militares, planeadas e conduzidas para atingir um objectivo estratégico numa determinada área ou tempo, que normalmente envolve forças terrestres, navais e aéreas (Exército; 2005: B-3).

Centro de gravidade: Centros de gravidade são as características, capacidades ou localizações, dos quais depende a liberdade de acção, a força ou vontade de combater, de uma força militar (Exército; 2005: B-3).

Combate próximo: A finalidade primária do combate próximo é o empenhamento do inimigo, fazendo uso de uma variedade de meios com resultados que podem ir desde a destruição até à sua captura, com o objectivo de eliminar uma parte significativa do seu potencial de combate (Exército; 2005: B-7).

Comprehensive Approach: Conceito baseado na premissa de que as operações cujo objectivo seja uma paz estável, para terem sucesso, têm que empregar os instrumentos civis e militar de forma integrada. É uma forma de pensamento e, simultaneamente, uma ferramenta que pode ser aplicada em todas as fases de um conflito e a todos os níveis da guerra (Jakobsen, 2008: 9).



Deslocalização: Arte de transformar o forte do inimigo em algo irrelevante. A deslocalização pode ser posicional ou funcional (Leonhard, 1991: 66 a 67). A deslocalização força o inimigo a escolher entre a neutralização de parte das suas forças e a destruição, devido aos seus esforços de reposicionamento para uma situação mais favorável (Degen, 2009: 25 a 26).

Empenhamento: Um empenhamento é um pequeno combate de nível tático entre unidades de manobra, usualmente conduzido ao nível Brigada e inferior (OTAN; 2007: E-2-4).

Estado final pretendido: Representa a situação política e/ou militar que a ser alcançada no final da operação ou campanha, indica que o objectivo foi atingido (Exército; 2005: B-6).

Forças convencionais: Forças pertencentes a um Estado, que utilizam armamento não nuclear e que não pertencem às forças de operações especiais (JCS, 2009: 121).

Guerra de Comando e Controlo: Actividade focalizada na capacidade de C2 do adversário e no ciclo de decisão que lhe está associado enquanto protege a capacidade de C2 amiga. As acções ofensivas, envolvem o uso integrado de todas as capacidades militares incluindo operações de segurança, decepção, operações psicológicas, guerra electrónica e destruição física, apoiadas por todas as fontes de informações e Sistemas de Informação e Comunicações para negar informações ao adversário, influenciá-lo e degradar ou destruir a sua capacidade de C2 (Exército; 2005: 1-5).

Operação: Acção militar necessária para cumprimento de uma missão de cariz estratégico, operacional, tático, bem como de serviços, administrativa ou de treino. O processo de entrar em combate, incluindo movimentos, abastecimentos, ataque, defesa, e manobras para atingir os objectivos para cada batalha ou campanha (OTAN, 2007: 2-0-2).

Operação de Grande Envergadura: É uma série de acções táticas (batalhas e empenhamentos) conduzida por várias forças de combate, de um ou vários ramos, coordenadas no espaço e tempo para cumprir objectivos operacionais ou estratégicos (Exército; 2005: B-8).

Preempção: Uma acção iniciada para contrariar uma acção inimiga com base numa evidência incontornável de que esta é eminente (adaptação da definição de ataque preventivo) (JCS, 2009: 424). Na preempção explora-se uma oportunidade antes que o adversário o faça (Leonhard, 1991: 62).

Stealth: Tecnologia concebida para evitar a detecção por radar ou qualquer outro meio electrónico (Columbia Encyclopedia, 2008)

Targeting: Processo de selecção de alvos e de adequação da resposta em relação aos mesmos, tendo em conta requisitos operacionais e capacidades disponíveis (OTAN, 2007: 2-T-3).